



Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação

Coordenação de Biblioteca

<http://bd.camara.gov.br>

"Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade."



Câmara dos Deputados

ação parlamentar

TRILHAS DA SAÚDE DAS MULHERES

TRILHAS DA SAÚDE DAS MULHERES TRILHAS DA SAÚDE DAS MULHERES TRILHAS DA SAÚDE DAS MULHERES TRILHAS DA SAÚDE DAS MULHERES
TRILHAS DA SAÚDE DAS MULHERES TRILHAS DA SAÚDE DAS MULHERES TRILHAS DA SAÚDE DAS MULHERES TRILHAS DA SAÚDE DAS MULHERES
TRILHAS DA SAÚDE DAS MULHERES TRILHAS DA SAÚDE DAS MULHERES TRILHAS DA SAÚDE DAS MULHERES TRILHAS DA SAÚDE DAS MULHERES
TRILHAS DA SAÚDE DAS MULHERES TRILHAS DA SAÚDE DAS MULHERES TRILHAS DA SAÚDE DAS MULHERES TRILHAS DA SAÚDE DAS MULHERES
TRILHAS DA SAÚDE DAS MULHERES TRILHAS DA SAÚDE DAS MULHERES TRILHAS DA SAÚDE DAS MULHERES TRILHAS DA SAÚDE DAS MULHERES
TRILHAS DA SAÚDE DAS MULHERES TRILHAS DA SAÚDE DAS MULHERES TRILHAS DA SAÚDE DAS MULHERES TRILHAS DA SAÚDE DAS MULHERES
TRILHAS DA SAÚDE DAS MULHERES TRILHAS DA SAÚDE DAS MULHERES TRILHAS DA SAÚDE DAS MULHERES TRILHAS DA SAÚDE DAS MULHERES
TRILHAS DA SAÚDE DAS MULHERES TRILHAS DA SAÚDE DAS MULHERES TRILHAS DA SAÚDE DAS MULHERES TRILHAS DA SAÚDE DAS MULHERES
TRILHAS DA SAÚDE DAS MULHERES TRILHAS DA SAÚDE DAS MULHERES TRILHAS DA SAÚDE DAS MULHERES TRILHAS DA SAÚDE DAS MULHERES
TRILHAS DA SAÚDE DAS MULHERES TRILHAS DA SAÚDE DAS MULHERES TRILHAS DA SAÚDE DAS MULHERES TRILHAS DA SAÚDE DAS MULHERES

Mesa da Câmara dos Deputados
53ª Legislatura – 4ª Sessão Legislativa
2010

Presidente

Michel Temer

1º Vice-Presidente

Marco Maia

2º Vice-Presidente

Antonio Carlos Magalhães Neto

1º Secretário

Rafael Guerra

2º Secretário

Inocêncio Oliveira

3º Secretário

Odair Cunha

4º Secretário

Nelson Marquezelli

Suplentes de Secretário

1º Suplente

Marcelo Ortiz

2º Suplente

Giovanni Queiroz

3º Suplente

Leandro Sampaio

4º Suplente

Manoel Junior

Diretor-Geral

Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida

Secretário-Geral da Mesa

Mozart Vianna de Paiva



Câmara dos
Deputados

Comissão de Legislação Participativa

Trilhas da Saúde das Mulheres

Audiência Pública realizada pela Comissão de Legislação Participativa, em 14 de outubro de 2009, para discutir o Projeto “Trilhas da Saúde das Mulheres” e homenagear os dezoito anos da Rede Nacional Feminista de Saúde.

Centro de Documentação e Informação
Edições Câmara
Brasília | 2010

CÂMARA DOS DEPUTADOS

DIRETORIA LEGISLATIVA

Diretor: Afrísio Vieira Lima Filho

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Diretor: Adolfo C. A. R. Furtado

COORDENAÇÃO EDIÇÕES CÂMARA

Diretora: Maria Clara Bicudo Cesar

DEPARTAMENTO DE COMISSÕES

Diretor: Silvio Avelino da Silva

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Diretor: José Oliveira Anunciação

Projeto gráfico Racswow

Diagramação Alexandre Valente

Ilustração Racswow

Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação – Cedi

Coordenação Edições Câmara – Coedi

Anexo II – Praça dos Três Poderes

Brasília (DF) – CEP 70160-900

Telefone: (61) 3216-5809; fax: (61) 3216-5810

edicoes.cedi@camara.gov.br

SÉRIE

Ação parlamentar

n. 423

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
Coordenação de Biblioteca. Seção de Catalogação.

Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão de Legislação Participativa.

Trilhas da saúde das mulheres. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.
62 p. – (Série ação parlamentar ; n. 423)

ISBN 978-85-736-5741-8

Audiência pública realizada pela Comissão de Legislação Participativa, em 14 de outubro de 2009, para discutir o projeto “Trilhas da Saúde das Mulheres” e homenagear os dezoito anos da Rede Nacional Feminista da Saúde.

1. Saúde da mulher, Brasil. 2. Planejamento familiar, Brasil. 3. Violência contra a mulher, Brasil. 4. Aborto, Brasil. I. Título. II. Série.

CDU 396(81)

ISBN 978-85-736-5740-1 (brochura)

ISBN 978-85-736-5741-8 (e-book)

Sumário

Membros da Comissão de Legislação Participativa (CLP) – 2009	5
Equipe Técnica da Comissão de Legislação Participativa – 2009	7
Apresentação	9
Participantes do Debate	11
Audiência Pública	13
Siglário.....	61

Membros da Comissão de Legislação Participativa (CLP) – 2009

Mesa da Comissão		
Presidente	Roberto Britto	PP (BA)
Vice-Presidentes	Eliene Lima	PP (MT)
	Dr. Talmir	PV (SP)
	Vadão Gomes	PP (SP)
Composição da Comissão		
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB		
Titulares		
	Eduardo Amorim	PSC (SE)
	Eliene Lima	PP (MT)
	Emilia Fernandes	PT (RS)
	Francisco Praciano	PT (AM)
	Iran Barbosa	PT (SE)
	Janete Rocha Pietá	PT (SP)
	José Carlos Vieira	DEM (SC)
	Jurandil Juarez	PMDB (AP)
	Leonardo Monteiro	PT (MG)
	Pedro Wilson	PT (GO)
	Roberto Britto	PP (BA)
	Vadão Gomes	PP (SP)
PSDB/DEM/PPS		
	José Carlos Vieira	DEM (SC)
	Luiz Carlos Setim	DEM (PR)
PSB/PDT/PCdoB/PMN		
	Luiza Erundina	PSB (SP)
	Sebastião Bala Rocha	PDT (AP)
PV		
	Dr. Talmir	PV (SP)

Suplentes	
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Angelo Vanhoni	PT (PR)
Fátima Bezerra	PT (RN)
Fernando Ferro	PT (PE)
Lincoln Portela	PR (MG)
Mário de Oliveira	PSC (MG)
Nazareno Fonteles	PT (PI)
Rodrigo Rocha Loures	PMDB (PR)
Sabino Castelo Branco	PTB (AM)
Silas Câmara	PSC (AM)
PSDB/DEM/PPS	
Paulo Bornhausen	DEM (SC)
Rodrigo Maia	DEM (RJ)
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Glauber Braga	PSB (RJ)
João Dado	PDT (SP)

Informações da Comissão

Secretária: Sonia Hypolito

Local: Anexo II, pavimento Superior, Ala A, Salas 121/122

Telefones: 3216-6692/6693

Fax: 3216- 6699

e-mail: clp@camara.gov.br

Equipe Técnica da Comissão de Legislação Participativa – 2009

Sonia Hypolito
Adriana Lima Amaral Moura
Aldenir Áurea da Silva
Aldo Matos Moreno
Angelita Juvenal de Almeida
Cibele de Fátima Morais Rocha
Christhiano Santos
Cláudio Ribeiro Paes
Eduardo Felício Barbosa
Eliana Teixeira Gaia
Fernanda Xavier Silva
Gisele Villas Boas
Heloísa Helena Soares Abadia
João Paulo Borges da Silva
Marilena Tavares Nunes
Nilma Martins Calazans
Robson Pereira da Rocha Silva

Adolescentes

Alexandre Vinicius P. Magalhães
Thaís Nunes Feitosa

Apresentação

O projeto *Trilhas da Saúde das Mulheres*, de autoria da Rede Feminista de Saúde, consiste em uma série de materiais pedagógicos voltados à promoção da saúde integral das mulheres e ao reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos.

A Rede Feminista de Saúde completou, na ocasião da Audiência Pública, dezoito anos de existência, com uma atuação marcante na defesa dos direitos das mulheres e no trabalho de educação populacional sobre as especificidades da saúde feminina. Focando temas como planejamento familiar, violência, HIV/Aids, gravidez precoce, direitos sexuais e reprodutivos e aborto, a Rede tem percorrido vários países, informando, capacitando e promovendo políticas públicas para as mulheres. O projeto *Trilhas da Saúde das Mulheres* conta com o apoio do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA).

A realização desta Audiência Pública teve, portanto, o objetivo de apresentar o projeto *Trilhas da Saúde das Mulheres* ao Congresso Nacional, bem como homenagear os dezoito anos da Rede Feminista de Saúde. Prestaram suas contribuições ao debate mulheres representantes de vários setores da sociedade, amplamente qualificadas a esclarecer o tema.

A Comissão de Legislação Participativa, mais uma vez, teve a oportunidade de sediar e promover uma discussão tão meritória e elucidativa, abrindo as portas do Parlamento aos anseios e manifestações da sociedade que representa.

*Deputado Roberto Britto – PP/BA
Presidente da Comissão de
Legislação Participativa*

Participantes do Debate

1. TELIA NEGRÃO	Secretária-Executiva da Rede Feminista de Saúde
2. JUSSARA REIS PRÁ	Coordenadora do Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Gênero da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
3. FERNANDA LOPES	Oficial de Programas do Fundo de População da Organização das Nações Unidas (UNFPA)
4. LIDIANE GONÇALVES	Assessora Técnica da Área Técnica da Saúde da Mulher do Ministério da Saúde
5. CLAIR CASTILHOS COELHO	Coordenadora da Comissão Intersetorial de Saúde da Mulher (Cismu) e Conselheira Nacional de Saúde
6. MARIA GORETTI DAVID LOPES	Presidente da Associação Brasileira de Enfermagem
7. TALITA VICTOR SILVA	Representante do Ministério da Saúde

Audiência Pública

Saulo Cruz



E/D: Sra. Clair Castilhos, Sra. Jussara Reis Prá, Dep. Emília Fernandes, Sra. Telia Negrão, Sra. Lidiane Gonçalves e Sra. Fernanda Lopes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Britto) – Declaro aberta a presente reunião de audiência pública, originada do Requerimento nº 86, de 2009, de autoria da Deputada Emília Fernandes, que requer a realização de audiência pública com o objetivo de homenagear os dezoito anos da Rede Nacional Feminista de Saúde e apresentar o projeto Trilhas da Saúde das Mulheres, de autoria da Rede.

Convido para fazerem parte da Mesa a Sra. Telia Negrão, Secretária-Executiva da Rede Feminista de Saúde; a Sra. Jussara Reis Prá, Coordenadora do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Mulher e Gênero da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); a Sra. Lidiane Gonçalves, Assessora Técnica da Área Técnica da Saúde da Mulher do Ministério da Saúde; a Sra. Clair Cartilhos, Coordenadora da Comissão Intersetorial de Saúde da Mulher (Cismu) e Conselheira Nacional de Saúde.

A Comissão de Legislação Participativa (CLP) tem por objetivo acolher a participação da comunidade no Congresso Nacional. Ela é a porta de entrada para as solicitações das entidades organizadas, que têm oportunidade de vir ao Congresso para debater e ver suas propostas transformadas em projetos de lei e seguirem seus trâmites legais nesta Casa.

Neste instante em que esta Comissão realiza esta audiência pública, destinada à apresentação do projeto Trilhas da Saúde das Mulheres, de autoria da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, que neste ano completa dezoito anos de atuação comprometida com o reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos e na defesa de ações e políticas públicas voltadas para a saúde integral da mulheres, a ação da Rede Feminista de Saúde tem significado muito grande. É uma estratégia para a capacitação das mulheres, com vistas a assegurar o direito à saúde, ao planejamento familiar, à proteção contra a violência e à revisão da legislação punitiva e restritiva. A trajetória da Rede é a história do movimento das mulheres brasileiras, pois a entidade esteve presente em praticamente todos os momentos mais importantes, como as Conferências de Viena, Cairo e Durban, além das grandes manifestações nacionais, como a Conferência Nacional das Mulheres Brasileiras e as Conferências Governamentais de Políticas Públicas de Saúde.

Neste instante, passo a palavra à nossa convidada, Sra. Telia Negrão, da Rede Feminista, para o seu pronunciamento.

V.Sa. dispõe de 10 minutos para expor o seu pensamento sobre esse tema.

A SRA. TELIA NEGRÃO – Boa tarde.

Agradeço à Comissão o convite, bem como ao Deputado que preside esta reunião, em especial à Deputada Emília Fernandes, em nome das filiadas, fundadoras, ativistas, militantes da Rede Feminista de Saúde, algumas delas aqui presentes. Cumprimento a Clair, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher; a Jussara, do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Mulher e Gênero, da UFRGS; a Lidiane, do Ministério da Saúde; as companheiras da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn), Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea), Instituto de Bioética, Di-

reitos Humanos e Gênero (Anis), Coturno de Vênus, Regional da Rede Feminista, enfim, todas que estão aqui presentes hoje.

Quero dizer que esta homenagem ocorre num ano bem importante para todas nós, especialmente no campo dos direitos sexuais e reprodutivos, não só porque é o aniversário da Rede Feminista de Saúde — aniversário se faz todo ano, apesar de que dezoito anos não é toda organização nacional que o faz.

Temos o hábito de olhar os cenários e ver a história muito mais pelos seus aspectos negativos de desafios, de derrotas, de lutas, do que por ganhos que temos no mesmo período. Ao lembrar que este ano é importante para os direitos sexuais e reprodutivos, quero dizer que, apesar de vivermos uma disputa sempre muito forte com setores conservadores que estão em toda a sociedade, estão no próprio Legislativo, no Executivo, na sociedade, de um modo geral, isso coloca permanentemente em risco as conquistas das mulheres.

Tanto em âmbito internacional como nacional, temos de registrar algumas conquistas. No mês de março, comemoramos os 25 anos da criação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, um novo paradigma no campo de atenção à saúde das mulheres brasileiras, que passa a considerá-las como um todo e não apenas seus pedaços, não apenas um único momento da sua vida, que é o ciclo materno/infantil. No final de março, início de abril, também tivemos uma reunião com o segmento do Programa do Cairo, também conquistado com a luta do movimento de mulheres há quinze anos, quando um novo paradigma substituiu o anterior, que preconizava controle populacional, controle demográfico, controle da natalidade, uma série de ações que não se firmavam, não partiam da ideia de direitos. E ali, no Cairo, firmou-se a ideia de que saúde sexual e reprodutiva é um direito de todas as pessoas, é um direito de todas as mulheres. Estamos fazendo o segmento do Cairo este ano.

Tivemos, no mês de maio, uma reunião da Organização dos Estados Americanos, na qual entrou em discussão e vai à votação resolução que tratará dos direitos sexuais e reprodutivos no âmbito da América, que pode ser o início da discussão sobre uma convenção para os direitos sexuais e os direitos reprodutivos.

Chegamos ao mês de agosto comemorando os dezoito anos da Rede Feminista de Saúde. Completar dezoito anos participando de todos esses momentos que o Deputado relembrou na abertura, as grandes conferências, é também remeter à história do movimento de mulheres no Brasil, que ao longo dos últimos trinta anos saiu da fase apenas de denúncia das violações, da falta de direitos, da falta de política pública, de desigualdades. Passou a propor políticas públicas, a participar do processo de implementação, a discuti-las, questioná-las, avaliá-las, controlá-las e fiscalizá-las.

Parece-me que esse é um salto conceitual do movimento de mulheres, é um salto político, teórico, porque exigiu sua capacitação para o enfrentamento de todos esses desafios, a implementação de políticas públicas e a reafirmação da necessidade de estar presente na vida política, na vida pública, reconhecendo parcerias da sociedade, reconhecendo lugares por onde pode organizar as mulheres, reconhecendo a diversidade brasileira e transformando isso em proposta para a transformação também deste nosso País.

Nesses dezoito anos, papéis se juntaram também. Nos arquivos da Rede Feminista, outro dia, encontrei o seu primeiro jornal, elaborado há dezoito anos, no qual já se anunciava qual era a missão da Rede Feminista: a defesa da saúde integral das mulheres, um sistema público de saúde, a defesa dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos, como direitos humanos, o empoderamento das mulheres através da informação, da educação, da capacitação, da participação política, a fim de ajudarmos a transformar este País na luta intransigente contra todas as formas de violência e na luta contra as causas que levam as mulheres a adoecer e a morrer em nosso País.

Encontrei também, nessa busca, o documento de dez anos da Rede Feminista — o de dezoito anos, eu esqueci —, uma compilação da contribuição política e teórica da Rede Feminista, os seus dossiês tratando de violência, de HIV (*Human Immunodeficiency Virus*), de aborto inseguro, de mortalidade materna, de saúde na adolescência, da juventude, de saúde das mulheres negras, das mulheres na menopausa, enfim, uma contribuição bárbara.

Continuamos nessa trajetória e chegamos ao projeto Trilhas de Saúde das Mulheres. Em maio deste ano, a Rede Feminista realizou o seu 10º Encontro, em que se reposicionou e afirmou-se no sentido de estar cada vez mais próxima das razões de adoecimento e morte das mulheres. Isso leva a Rede Feminista a retomar firmemente a ideia da defesa da atenção integral à saúde das mulheres, uma atenção de qualidade, por meio do Sistema Único de Saúde, ao controle social da saúde das mulheres. Controle social qualificado por meio da educação das nossas mulheres, para poder fiscalizar a saúde e fazer todo o enfrentamento político com setores conservadores da sociedade que, sabemos, vêm colocando um conjunto de obstáculos ao avanço da agenda dos direitos reprodutivos das mulheres. E aqui não podemos dizer, mesmo sabendo que é um tema polêmico, um tema da sociedade, que é a proposta do movimento de mulheres para ampliação dos permissivos para o aborto no Brasil, com o objetivo de permitir às mulheres fazerem suas escolhas, deixarem de morrer por razões do aborto inseguro e de sofrer a violência do aborto inseguro e outras formas de violação.

Então, a Rede lançou um programa de capacitação das mulheres, de suas filiadas e do movimento de mulheres, composto basicamente por três peças. Nós temos um *site*, no portal da Rede Feminista, chamado Trilhas da Saúde das Mulheres, que contém todos os marcos de saúde das mulheres brasileiras, os principais marcos de saúde das mulheres; as normas técnicas do Ministério da Saúde; os dossiês da rede feminista que embasam o processo educativo; além de um conjunto de informações políticas e técnicas que permite às mulheres promover autoinformação e autocapacitação por meio de busca no espaço virtual. Esse mesmo *site* é disponibilizado em CD-ROM, já atualizado.

A página, permanentemente atualizada, é desenvolvida em parceria com o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), aqui representado pela Fernanda Lopes e pela Jennifer; com a Associação Brasileira de Enfermagem, aqui representada pela Maria Goretti David Lopes, sua Presidente, e também com o Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Mulher e Gênero, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Assim, pudemos elaborar o material e reproduzi-lo.

Outro aspecto do processo de capacitação e empoderamento das mulheres é fruto do nosso marco referencial de capacitação da Rede Feminista de Saúde em saúde integral e direitos sexuais e reprodutivos. Trata-se, na verdade, de um produto político e teórico elaborado e aprovado pelo Conselho Diretor da Rede Feminista, que estabelece os conteúdos para capacitação das mulheres em saúde, direitos sexuais e reprodutivos, as modalidades de capacitação possíveis e necessárias para darmos conta desse enorme desafio e também as metodologias de trabalho, como as mulheres elaboram seu saber político e teórico no nosso campo de atuação.

Estamos em processo de implementação das oficinas em parceria com o Fundo de População das Nações Unidas, com a ABEn, com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e com um conjunto de organizações da sociedade que propiciam encontros para promoção da educação para a saúde. Enfim, o projeto reafirma o empoderamento das mulheres para o controle social da saúde por meio do conhecimento, da informação, da luta permanente, do encorajamento das mulheres.

Finalizando, Sr. Presidente, sabemos que os corpos das mulheres têm sido historicamente um campo de disputa. Historicamente, os corpos das mulheres têm sido disputados. Basta que nos lembremos de que a paz e a guerra eram seladas, desde a Idade Média, com casamentos que não eram escolhidos pelas mulheres.

Houve anos neste País em que as mulheres, principalmente as negras e nordestinas, foram trágica e compulsoriamente esterilizadas. Ainda hoje, vivemos um momento em que nos falta a liberdade de escolher quando, como, onde, em que circunstâncias ter ou não ter filhos, o modo de vida, etc.

É preciso empoderar as mulheres, promover sua descolonização, seja de modelos de beleza, de modismos, da busca desesperada pela forma; seja do desgaste do trabalho escravizante, do peso das tarefas do cuidado; seja da medicina, que muitas vezes apenas explora e não assegura a cura; seja da religião, que quando se mete nas questões do Estado, estabelece os seus paradigmas e não paradigmas de direitos. Os Governos têm o papel de assegurar às mulheres o direito de exercitar a sua saúde em todas as fases da vida e de viver plenamente seus direitos sexuais e reprodutivos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Britto) – Nós agradecemos à Sra. Telia Negrão seu pronunciamento.

Convido para fazer parte da Mesa a Sra. Fernanda Lopes, Oficial de Programa em Saúde Reprodutiva e Direitos do Fundo de População das Nações Unidas.

Antes de passar a palavra à Sra. Jussara Reis, convido a autora do requerimento, a Deputada Emília Fernandes, para presidir esta audiência pública.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Emília Fernandes) – Muito obrigada, Presidente. A Mesa agora passa a ser constituída totalmente por mulheres, o que ainda é muito raro nos espaços de poder e decisão. Sabemos, porém, que neste plenário temos muitos parceiros homens que lutam, junto com as mulheres, não apenas na questão da saúde, mas também do empoderamento e da presença efetiva das mulheres nas decisões do nosso País.

Com muito prazer, registramos a presença de todas as nossas convidadas.

Acabamos de ouvir a palavra da brava e valorosa Secretária Executiva da Rede Feminista de Saúde, Telia Negrão.

Esta audiência está sendo transmitida ao vivo pela *Rádio Câmara*.

Passamos, de imediato, a palavra à Sra. Jussara Reis Prá, Coordenadora do Núcleo Indisciplinar de Estudos sobre Mulher e Gênero da Universidade Federal do nosso grande Rio Grande do Sul. Dra. Jussara, que tem 10 minutos para sua exposição.

A SRA. JUSSARA REIS PRÁ – Boa tarde a todos. Peço que controlem o tempo para mim. Vou fazer uma tentativa de controle aqui.

Vou falar um pouco sobre o significado de um momento como este, de um projeto como este, de nós pensarmos a questão da saúde das mulheres e dos direitos sexuais reprodutivos.

Empenhadas em pensar sobre essas questões, em tratá-las como direitos humanos, como direitos das mulheres, nós planejamos um trabalho cujo resultado foi um diagnóstico participativo. O diagnóstico foi preparado durante algum tempo até que finalmente foi materializado em um instrumento de pesquisa

aplicado às pessoas responsáveis por abordar as questões dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, ou seja, às mulheres envolvidas com a defesa desses direitos no nosso País.

No momento em que divulgamos o diagnóstico, fazemos com que ele seja participativo e, ao mesmo tempo, fazemos uma troca.

Fizemos um levantamento de todo o material que tínhamos disponibilizado, indicadores de conhecimento, termo de livre consentimento das pessoas que participaram com um questionário estruturado. Chegamos a algumas conclusões. O objetivo era realmente fazer um diagnóstico sobre o que as mulheres conhecem daquilo que deverá ser utilizado na defesa dos seus direitos e que uso elas podem fazer disso, como elas podem utilizar.

O nosso pressuposto é de que o empoderamento numa situação de controle social é fundamental. Não há como cobrar políticas públicas se não se tem um diagnóstico da situação, um envolvimento, e se não se está empoderado para fazê-lo.

Então, trabalhamos basicamente com as legislações brasileiras, com os conteúdos de convenções e com os protocolos.

Gostaria de repartir o trabalho da pesquisa em duas partes. Em uma tivemos o cuidado de identificar quem são essas mulheres que estão tratando dos direitos sexuais reprodutivos das mulheres no Brasil; na outra parte do trabalho tentamos identificar, afinal, o que essas mulheres conhecem sobre isso de que elas estão assumindo a função de tratar.

Nós tínhamos um público, entre as pessoas entrevistadas, não muito jovem. Tanto que um terço apenas das entrevistadas tem menos de quarenta anos. Ou seja, partimos do princípio de que já tenham certa maturidade. Sem nenhum questionamento sobre aspecto geracional, não tem nenhuma conotação nesse sentido. Em primeiro lugar, estamos tratando com pessoas com certa maturidade. Quarenta e quatro por cento dessas pessoas têm curso superior e 50% têm pós-graduação. Significa que uma faixa muito pequena, de 5,6%, não chegou aos assentos da universidade e não a ultrapassou. Que pensamos? Empoderadas. Estamos indo por aí, no caminho do empoderamento.

Outro dado interessante é que 76% delas são originárias de movimentos de juventude e movimentos estudantis. Isso é um

fato interessante, porque temos até hoje um déficit de participação política de jovens e de mulheres em nosso País. Então, encontramos uma massa de mulheres que chega a um estágio em que vai controlar uma política pública e tem uma trajetória. Quer dizer, 76% é um percentual bastante significativo num trabalho de pesquisa. A contrapartida é que 33% delas são de movimentos de saúde. Aí já ficou a primeira questão.

A outra questão era filiação à Rede. Há um equilíbrio nessa filiação: 10%, de 16 a 20 anos de filiação; 19%, de 11 a 15 anos de filiação; 43%, de 6 a 10 anos de filiação; e 29%, de 1 a 5 anos de filiação. Então, há um equilíbrio também em relação ao tempo que essas pessoas participam.

Chegamos a outro dado também interessante. Essas mulheres, em sua maioria, declararam-se brancas: 51%; 38% se declararam sem religião — já teríamos uma questão a pensar, com o Estado laico; 27% se declararam católicas — quanto às outras, não havia expressividade; 49%, ou seja, quase a metade delas se declararam casadas ou em união estável; 36% se declararam solteiras; e 13%, separadas. Orientação sexual: 66% declararam-se heterossexuais.

Vamos ver quem são essas mulheres. Já sabemos mais ou menos quem são elas. O que essas mulheres sabem? O que essas mulheres conhecem? Perguntamos sobre cursos de capacitação. Cinquenta e oito por cento fizeram cursos de capacitação. Isso é ótimo. No entanto, 42% não fizeram nenhum curso nos últimos anos. Bom, aí já temos um problema.

Então, nós vamos saber dos problemas. Como estávamos maapeando o conhecimento das mulheres envolvidas na defesa dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, nós começamos então a buscar no projeto de interesse da saúde todos os marcos, os paradigmas, os permissivos, as normativas, tudo aquilo que vem junto com o que envolve a questão da saúde.

Dados interessantes. A quem trabalha com isso interessa saber que, nos últimos tempos, tivemos mudanças importantes de paradigma. Nós tivemos mudanças de paradigma. Significa o quê? Enfocar a saúde sob outro ângulo. Não tivemos, por exemplo, em relação ao aborto, mas tivemos em relação a outras questões.

Por exemplo, como já falou a Telia, conferências como a do Cairo e a de Beijing mudaram esse paradigma. Mas é interessante saber que apenas 66% — não falo apenas pelo percentual — têm noção dessa mudança. Ou seja, nós temos a descoberto um flanco, porque são mulheres envolvidas nessa questão. Então, nós não poderíamos ter nenhum flanco. Nossos 100% têm de ser cheios aqui. Ou alguma coisa que escapa dessa ideia.

Quarenta e dois por cento dessas mulheres conhecem os permissivos. Significa que as outras, do total, não conhecem. As normativas são um pouco mais conhecidas sobre planejamento familiar, particularmente por 78%. Noventa e sete por cento têm conhecimento do atendimento humanizado. Nós temos algumas quebras em relação à Lei Maria da Penha, que também não temos, e a questão da saúde parece que passa ao largo, ainda continua sendo uma questão de polícia. Isso é complicado, porque ela é uma questão que envolve todas as outras.

Então, para nós, isso significou que tínhamos pela frente um plano pedagógico muito bem pensado, cujo fruto está em parte materializado nesse material todo da Rede, mas sabemos que ainda temos um trabalho todo pela frente de criação de metodologias, o que muitas vezes nós não temos, para que possamos difundir conhecimentos. E talvez um dos maiores flancos na nossa sociedade seja essa difusão de conhecimentos, essa difusão das mudanças de paradigma. E aí, então, podemos partir para uma capacitação.

Estamos ainda com o projeto dos dezoito anos da Rede em aberto, mas cujas perspectivas são auspiciosas — uma palavra que já entra para o nosso dicionário —, porque temos o empenho de fazer com que essas mulheres encontrem o caminho do empoderamento e que possam somar a favor das outras mulheres que precisam ter seus direitos sexuais reprodutivos preservados.

Um pouco era isso, então.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Emília Fernandes) – Muito obrigada pela exposição, Jussara Reis Prá, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Antes de passar a palavra à Sra. Fernanda Lopes, queremos registrar a presença de algumas representantes de entidades, lutas sociais: Janice dos Santos Moreira, representante do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher; Karen Lúcia Queiroz, da Rede Feminista de Saúde Regional do DF; Rosana Castro, do Instituto de Bioética, Direito Humanos e Gênero; Kauara Rodrigues, do Cfemea; Júlia Messias Palace, do Ministério da Saúde; Sandra Cordeiro da Silva, da Aspar, do Mato Grosso do Sul; e Conceição Costa, representante do Sindicato dos Bancários- Central Única dos Trabalhadores (CUT). Agradecemos a todas a presença, bem como às demais pessoas que estão aqui acompanhando nossa reunião.

Com a palavra a Sra. Fernanda Lopes, Oficial de Programas do Fundo de População das Nações Unidas, para sua exposição de 10 minutos.

A SRA. FERNANDA LOPES – Boa tarde a todas, boa tarde a todos. Boa tarde, Deputada, por intermédio de quem cumprimento todos os demais Deputados e Deputadas presentes. Cumprimento também a Jussara, a Clair, a Lidiane e a Telia.

Primeiramente, gostaria de agradecer a oportunidade de o Fundo de População das Nações Unidas estar presente aqui comemorando dessa alegria de comemorar dezoito anos de ativismo, dezoito anos de advocacia pelos direitos humanos das mulheres.

A história da Rede marca a história de uma construção de novos espaços. Novos espaços públicos, mas também novos espaços no ambiente privado para as mulheres. E a história da Rede, como já ouvimos das pessoas que me antecederam, também se mistura com a história de novos paradigmas na área de população em desenvolvimento, como, por exemplo, aqueles estabelecidos pela Conferência Internacional de População em Desenvolvimento, no Cairo, pela Conferência de Beijing, pela Conferência de Durban, sobre o enfrentamento ao racismo e todas as formas de discriminação.

Em especial, com a agenda do Cairo, que rege o mandato do Fundo de População das Nações Unidas, há um deslocamento dos números da restrição para os direitos, para a emancipação, para a possibilidade de tomada de decisão, para a possibilidade de escolhas voluntárias. Escolhas voluntárias para o exercício da

reprodução, para o exercício mais pleno e integral dos direitos humanos das mulheres, em especial dos direitos reprodutivos.

Então, o Fundo coloca-se nesse momento como um parceiro que tem na Rede uma grande aliança. A parceria com a Rede Feminista de Saúde e Sexualidade é uma grande aliança estabelecida pelo UNFPA no Brasil e em outros países com redes que atuam na mesma linha da Rede no Brasil.

Quando falamos sobre a Rede, resgatamos a história de ampliação da participação social de mulheres, em especial no campo da saúde; como também resgatamos a história das discussões sobre a integralidade dos direitos humanos, porque somos nós, as mulheres, por meio da Rede Feminista e de outras tantas organizações do movimento feminista e do movimento de mulheres, que destacamos o quanto é essencial considerar os contextos que incrementam as vulnerabilidades e têm como desfecho violações dos direitos humanos, e o quanto é importante considerar a premissa dos direitos humanos, que é a universalidade, a indivisibilidade e a interdependência, sobretudo a integralidade.

Para a efetivação é necessária uma ação dinâmica, uma ação focada no indivíduo, na família, nos arranjos familiares, na comunidade, no território, em todos os aspectos, todas as dimensões da inserção social e das dinâmicas sociais que se estabelecem na relação entre as pessoas, entre as pessoas e as instituições.

A Rede também nos convoca a pensar, ao longo dos seus dezoito anos de trabalho e advocacia pelos direitos das mulheres, que a promoção dos direitos humanos na sua integralidade pressupõe ações, dimensões integradas. Não existem experiências isoladas na violação dos direitos, assim como não devem existir respostas isoladas, uníssonas, para a promoção dos direitos. Não existe um modelo de mulher que represente todas as demais, assim como não devem existir respostas homogêneas que busquem garantir, subsidiar — eu ia dizer instrumentalizar, mas nem sempre esse termo é bem utilizado —, ou instrumentalizar no sentido de dar instrumentos para que as mulheres possam exercer sua autonomia.

Então, na parceria com a Rede, ao firmar essa parceria há alguns anos, sobretudo neste momento, sob a regência de Telia, o

UNFPA assume alguns desafios da modernidade para construir um ambiente mais favorável à efetivação dos direitos humanos das mulheres. São eles: acesso ampliado à informação correta e em linguagem adequada; ampliação do conhecimento sobre as políticas públicas e as políticas de direito, em especial aquelas relacionadas à saúde; formação e educação permanentes que contemplem as diferentes expectativas e expressões de diversidade.

Outro desafio — e a Profa. Jussara nos apresentou o perfil das mulheres filiadas à Rede e que participaram da pesquisa — que pode ser compartilhado, se for do interesse da Rede, na consolidação dessa parceria, é ampliar a participação de mulheres que pertençam a grupos sociais historicamente discriminados: mulheres jovens, mulheres negras, mulheres de comunidades empobrecidas, mulheres em situação de privação, mulheres que vivem com HIV e Aids, mulheres com deficiência, mulheres, mulheres, mulheres.

O UNFPA, na condição de agência integrante do sistema das Nações Unidas no Brasil, está à disposição desta Casa do povo e da Rede para trilhar novos caminhos, caminhos mais diversos, caminhos em que se considere todas as interseções, todos os fatores, ou a maioria deles, que contribuem para um ambiente mais favorável à promoção e defesa dos direitos das mulheres, como desejam os homens e as mulheres que aqui estão, ou que estão em vários outros espaços, trabalhando por uma mesma causa; enfim, um ambiente em que se procure construir estratégias para efetivação dos direitos de todas.

Mais uma vez, o UNFPA parabeniza a Rede pelos seus dezoito anos de trabalho, o que implica maioridade, mas ainda jovem. Que o espírito da juventude seja a energia que move a Rede — energia de transformação, energia de renovação, energia de aglutinação. É o que temos aprendido, ao longo desses anos, com a Rede.

Mais uma vez, gostaria de agradecer à Rede e de parabenizá-la. Gostaria também de agradecer à Casa por ter acolhido mais essa iniciativa e por nos ter oferecido a oportunidade de discutir temas tão caros às mulheres e aos homens comprometidos com a promoção dos direitos de todas as pessoas.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Emília Fernandes) – Muito obrigada, Dra. Fernanda Lopes, que fala pelo Fundo de População das Nações Unidas — UNFPA.

Passo a palavra à Sra. Lidiiane Gonçalves, Assessora Técnica da Área Técnica da Saúde da Mulher do Ministério da Saúde, para sua exposição de 10 minutos.

A SRA. LIDIANE GONÇALVES – Boa-tarde a todas.

Inicialmente, gostaria de cumprimentar a Deputada Emília Fernandes por esta iniciativa. Tivemos oportunidade, recentemente, de também fazer esse lançamento no Conselho Nacional de Saúde.

Gostaria de cumprimentar a Telia, a Clair, conselheira do Conselho Nacional de Saúde, a Profa. Jussara e a Fernanda, parceira pelo Fundo de População das Nações Unidas.

O Ministério da Saúde é frequentemente convidado a participar das audiências e das discussões sobre os temas saúde e educação, que, não por acaso, estão sempre na pauta desta Casa. Hoje, especialmente, viemos para parabenizar a Rede Feminista de Saúde e esta Casa por ter acolhido esta homenagem aos dezoto anos da Rede e para a apresentação desse projeto.

Encontramos, em *sites* diversos, documentos diferentes ou mesmo iguais, mas não encontramos em um único lugar os marcos nacionais e internacionais e as referências no que tange aos direitos sexuais reprodutivos, à saúde das mulheres. Agora, temos esse espaço.

Mesmo no *site* do Ministério da Saúde — aliás, um excelente *site* —, em que há muita informação, muitas vezes não encontramos informações da sociedade. Nesse *site*, no entanto, encontramos o *link* da sociedade civil com informações da sociedade civil, do Governo brasileiro e os acordos internacionais.

Ao assinar tanto a Plataforma de Ação do Cairo, quanto a Plataforma de Ação de Beijing, o Governo brasileiro não só assumiu compromisso com a garantia dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos das mulheres — porque são as que têm os direitos mais violados —, mas também os reconheceu como direitos humanos. Por meio da assinatura desses documentos, assumiu o compromisso de assegurar a homens e mulheres viverem com plenitude a saúde e o exercício da sexualidade.

O Ministério da Saúde, ao reconhecer isso, vem desenvolvendo um conjunto de ações para que efetivamente as pessoas possam exercer esses direitos, possam ter garantidos direitos tais como a ampliação da informação e do acesso aos métodos contraceptivos. E também o Pacto Nacional de Redução da Mortalidade Materna, lançado em 2005; a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, que este ano faz 5 anos — mais uma comemoração, além dos 25 anos do Programa Saúde da Mulher, de 1984, política que vem transformando um pouco o formato da própria legislação do Sistema Único de Saúde (SUS), da promulgação da Constituição até 2005; Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher e à Política Nacional de Planejamento Familiar.

Temos organizado a atenção às mulheres que chegam ao serviço de saúde em situação de abortamento. Também organizamos a Rede de Atenção Integral às Mulheres e Adolescentes em Situação de Violência Doméstica e Sexual.

Hoje em dia, há que se considerar que essas redes não atendem só a mulheres e adolescentes, mas também a crianças e idosos. Essa rede tem sido cada vez mais ampliada, numa estratégia que tem sido importante, efetiva, e assegurado às pessoas em situação de vulnerabilidade o acesso ao serviço de saúde, à atenção integral.

Mais recentemente, temos organizado também a atenção obstétrica de forma mais efetiva com o Plano Amazônia Legal e Nordeste para Redução da Mortalidade Infantil e Materna, com foco na Amazônia Legal e no Nordeste, justamente por uma questão de vulnerabilidade e de equidade de acesso, pois essas regiões têm menos acesso aos serviços. Isso é um diagnóstico.

E também há o Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Aids e de outras doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), entre outras várias ações que eu poderia citar.

Para nós, é muito importante ter o controle social ao nosso lado, desde que efetivamente realizado. Por que digo “ao nosso lado”? Porque somos parceiros na construção, na crítica, na audição da crítica e na mudança de paradigma na saúde das mulheres deste País.

Para nós, controle social não é só algo que está regulamentado em lei, para nós é algo cotidiano. Vivemos isso no dia a dia, em todos os espaços, não só dentro do Ministério da Saúde, mas em todas as instâncias de saúde deste País, quer seja na atenção básica, quer seja até na média e alta complexidade.

Destacamos que a saúde, conforme determina a Constituição Federal, é um dever do Estado, e nós temos feito e assumido isso. É um direito de todas as cidadãs e de todos os cidadãos, o que implica que o direito de acesso às políticas de saúde tem que ser resguardado. É nesse sentido que viemos mais uma vez parabenizar a Rede Feminista de Saúde e esta Casa por ter recebido essa demanda tão generosa, no sentido de homenagear este espaço que, para nós, é extremamente importante, qual seja a Câmara dos Deputados.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Emília Fernandes) – Muito obrigada, Sra. Lidiane Gonçalves.

De imediato, passamos a palavra à Sra. Clair Castilhos, Coordenadora da Comissão Intersetorial de Saúde da Mulher e Conselheira do Conselho Nacional de Saúde. É também farmacêutica e, com orgulho, registro e acrescento em seu currículo o fato de ser gaúcha, a exemplo de várias aqui, mas em seu nome, particularmente, faço uma homenagem a todas, porque oriunda da minha cidade Santana do Livramento, estando hoje no Brasil e no mundo.

Cumprimento-a pelo trabalho e informo que terá 10 minutos para sua exposição.

A SRA. CLAIR CASTILHOS – Depois dessa apresentação, só cantando o Hino Farroupilha, Deputada Emília Fernandes.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar as companheiras da Mesa, principalmente a Deputada Emília Fernandes, autora do requerimento para a realização desta audiência pública, com apoio dos demais colegas companheiros e companheiras Deputadas, além de dizer do prazer que tenho ao ver na plateia todas as companheiras de luta há tanto tempo.

Devo dizer do esforço da Telia Negrão na Secretaria Executiva da Rede, no sentido de dar-lhe cada vez mais abrangência e amplitude em sua ação.

Quero dizer que vou falar de um lugar de controle social, que é um dos espaços em que a Rede atua. Sou Conselheira do Conselho Nacional de Saúde na vaga, na cadeira, destinada ao Movimento Organizado de Mulheres em Saúde. Esse é o espaço em que a Rede atua.

E por conta dessa participação, que não é só minha, pois já vem de longa data, desde os anos de 1995 e 1996, o Movimento de Mulheres conseguiu articular dentro do Conselho Nacional de Saúde uma comissão específica que monitora e acompanha no plenário daquele órgão as questões relativas à saúde da mulher. E essa comissão intitula-se Comissão Intersetorial de Saúde da Mulher.

Vejam que isso é muito importante, porque é a capacidade que nós mulheres feministas assumimos ao longo da nossa trajetória de criar condições de articulação entre o Legislativo, o Executivo, o controle social propriamente dito, as agências internacionais, a academia e os movimentos sociais.

E se olharmos a composição da Mesa, verificaremos que ela reflete perfeitamente essa situação.

Falando disso, as questões que a Cismu costuma acompanhar dentro desse espaço de controle social vão desde o monitoramento das políticas públicas voltadas para a saúde da mulher — especificamente desde o nascimento no País, em 1983, do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher — até a Política Nacional de Assistência Integral à Saúde da Mulher, em vigor nos dias de hoje.

O que significa para nós essa questão do controle social? Sabemos que, em face das reformas neoliberais e da ingerência de órgãos econômicos e financeiros poderosos na formulação das políticas públicas em nosso País, o controle social se transforma quase em importância estratégica e tática para a sobrevivência das políticas sociais, caso contrário não teríamos tanta condição de acompanhá-las.

Assim, o controle social, para nós, é visto sob a ótica de ser a possibilidade de a sociedade organizada intervir nas ações do Estado, no gasto público, redefinindo-o na direção das finalidades sociais e resistindo à tendência de servir com exclusividade à acumulação do capital.

Essa ótica do controle social, para nós, é central porque, se já existe um profundo problema em relação à partilha das questões do orçamento público em financiar os órgãos e as ações sociais, imaginem se essas ações sociais forem voltadas às mulheres, que é um dos segmentos mais discriminados ou com maiores vulnerabilidades dentro dessa situação.

Na linguagem corrente do Movimento Sanitário, “controle social”, na verdade, trata da organização, atuação e intervenção dos diferentes segmentos sociais na fiscalização, monitoramento e avaliação do funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS). E ele é exercido com a participação organizada da sociedade. Mas também é possível — e o fazemos com frequência — recorrer ao Ministério Público, ao Parlamento, a todos os lugares onde seja possível a expressão das demandas da sociedade como um todo.

Agora quero entrar no ponto central, a importância dos programas e projetos de capacitação da Rede Nacional Feminista de Saúde, porque, para que o controle social seja exercido a favor da sociedade, ele exige de seus sujeitos históricos uma compreensão do verdadeiro sentido das palavras e dos discursos. Por quê? Porque o controle social ocorre nos fóruns em que as ações são predominantemente discursivas, mediante uma retórica argumentativa técnica e política para a defesa de ideias e princípios. Então, é necessário que haja competência e conhecimento do significado dessas palavras, dessas siglas. Costumamos dizer que precisamos decodificar a “sopa de letrinhas” do SUS, pois há uma quantidade infinita de siglas, e devemos saber o significado e o sentido de cada uma.

O nosso grande problema é que, nessas etapas em que havia uma hegemonia muito grande do neoliberalismo, essa luta foi travada na sociedade, e a vitória foi deles. E eles ganharam fazendo com que a sociedade assumisse o seu palavreado como sendo a linguagem comum. Esse é o enfrentamento que a Rede vem fazendo.

Isso se revela quando ouvimos, por exemplo, discussões sobre a distribuição de recursos, pois a palavra “gasto” refere-se ao social; para o capital a palavra utilizada é “investimento”. Sempre é “Estado mínimo” para o social, mas “Estado máximo” para o capital. Precisamos, portanto, entender essas coisas, para não repetirmos. É possível perceber uma distribuição e uma destinação de recursos orçamentários do Estado sempre conflitivas e difíceis.

Não apenas ocorre isso com o Estado, mas também com os próprios setores oprimidos da sociedade. Se isso ocorre em relações de poder assimétricas entre brancos e negros, heterossexuais e homossexuais, homens e mulheres, população do campo e da cidade, e assim por diante, imaginem essas diferenças em relação às mulheres. A arena de disputa ocorre tanto no campo metafórico quanto no real. Portanto, precisamos analisar essas questões.

Dessa forma, quando analisamos a saúde da mulher, que é o foco da Cismu, aparece imediatamente um dos principais alvos dos rótulos e das mistificações, que é a busca das mulheres pela legalização do aborto. A situação é tão passional e ideologizada, que a primeira pergunta que se costuma fazer para as pessoas é se são a favor ou contra o aborto; ou seja, é colocado o falso dilema, pois o que está posto não é ser a favor ou contra, mas o direito de escolha das mulheres. Dependendo da resposta, a pessoa é imediatamente rotulada de aborteira, assassina; ou rotulamos os outros também: pró-vida, pró-morte, fundamentalista, ético, desumano, e assim vai o palavreado, sem que se consiga chegar ao verdadeiro fundo dessa questão.

No entanto, na vida real, as mulheres continuam realizando aborto, independentemente de crenças religiosas, situação social ou impedimentos morais. E estão morrendo quando querem ser mães e quando não querem ser mães, porque a mortalidade materna no Brasil é inaceitável, e a mortalidade por aborto é incontrolável diante dos marcos atuais da assistência prestada.

Portanto, é importante refletir sobre o mais perverso e doloroso rótulo cultural e definitivo do ser mulher, que é a obrigatoriedade da maternidade. O único e legitimado destino da vida para a mulher é ser mãe, papel estimulado e referenciado pelo pensamento religioso e patriarcal.

Quando tratamos do controle social, há necessidade de voltarmos ao sentido das palavras. E nós nos baseamos brevemente em Bakhtin, que é muito claro na forma de explicar o poder da palavra. Diz que a comunicação verbal, inseparável das outras formas de comunicação, implica conflitos, relações de dominação e resistência, adaptação, hierarquia, utilização da língua pela classe dominante para reforçar o poder, na medida em que as diferenças de classe correspondem a diferenças de registro do signo, o mesmo do sistema. E essa é a linguagem sagrada dos padres, o terrorismo verbal da classe culta contra as mulheres.

Acho que precisamos analisar por que no Brasil ocorre esse histórico embate entre criminalização do aborto, descriminalização e legalização. Mas é nesse momento que aflora vigorosamente a linguagem aterrorizadora dos setores fundamentalistas religiosos. Eles utilizam a linguagem sagrada para intimidar a sociedade. Transformam em crime a necessidade de resolver um problema de saúde pública e qualificam de heréticos e de desumanos os que ousam discutir assuntos como aborto, eutanásia, pesquisa com células-tronco, uso de preservativos para a prevenção da gravidez ou de doenças sexualmente transmissíveis.

Bakhtin afirma que todo signo é ideológico; a ideologia é um reflexo das estruturas sociais. Portanto, toda modificação da ideologia encadeia uma modificação na língua, e o signo é por natureza vivo e móvel, plurivalente, mas a classe dominante e o patriarcado — eu acrescento — têm interesse em tornar a língua monovalente, a língua do dominante.

Ao trazer essa afirmação para o nosso presente histórico, é possível entender por que o ideário patriarcal e neoliberal centra-se no controle social, esvazia a discussão, torna-a subalterna e supérflua para reduzi-la a um conjunto de ideias que não tem tanta importância no embate, mas isso é algo semelhante àquilo que o movimento feminista denuncia quando se trata da repressão e silêncio à homofobia: isso não se diz, isso não se faz, nisso não se mexe.

Última frase, camarada Emília. Há um trecho no artigo do Emir Sader, na revista *Caros Amigos*, que diz que nós, mulheres, somos o sal da terra, a nova perspectiva desse mundo. Porque o mundo

dos homens é isso o que temos aqui. São hegemônicos até hoje. O terceiro milênio nos pertence e não vai ter para ninguém.

Concluo citando Emir Sader, dizendo que, de qualquer forma, a história se faz nas condições que os homens encontram, com as forças que conseguem acumular. Collor triunfou e deu início a uma era que ainda não se fechou bem na história brasileira e que, de alguma maneira, gerou realidades irreversíveis a partir das quais a esquerda brasileira tem que agir.

Nas palavras de Sartre, deixemos tanto de falar do que a vida fez com a gente para refazer a vida a partir do que ela fez conosco, pois aceitar a realidade tal e qual ela é não é conformar-se com ela, mas buscar outras formas de realizar os velhos e bons sonhos, porque esses são eternos se queremos fazer da história o reino do humanismo e da solidariedade. Essa é uma das lutas da rede.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Emília Fernandes) – Muito obrigada, amiga Clair Castilhos, que representa neste momento a Comissão Intersetorial de Saúde da Mulher, também Conselheira do Conselho Nacional de Saúde e Professora do Curso de Farmácia da Universidade Federal de Santa Catarina. Agradeço a V.Sa. a sua fala e a sua presença.

Terminadas as exposições das nossas convidadas, passaremos de imediato aos debates.

Eu gostaria de lembrar que todos os presentes, inicialmente a partir dos Parlamentares, terão 3 minutos para formular questões ou manifestar ideias.

Com a palavra a Deputada Janete Rocha Pietá, primeira Parlamentar inscrita.

A SRA. DEPUTADA JANETE ROCHA PIETÁ – Boa tarde a todas as mulheres da Mesa.

Daqui ouvi o comentário de que as mulheres estão dominando. Eu disse que somos 52% da população. Nesta Casa, somos apenas 45 mulheres. A Casa do Povo não representa as mulheres na sua proporção, tendo em vista que somos 52% da população e menos de 9% da composição dos 513 Deputados da Câmara dos Deputados.

Em primeiro lugar, parabenizo a Deputada Emília Fernandes e a Rede Feminista de Saúde pelo aniversário e por estar propiciando-nos um debate de altíssimo nível. A meu ver, são abordadas questões fundamentais, que eu gostaria de realçar.

Vou referir-me, primeiramente, à questão levantada pela Telia Negrão e citar alguns pontos que considero que deveriam ser abordados mais profundamente.

É de suma importância promover a descolonização da mulher.

Acho que poderemos propor, diante das questões que vou levantar, outro tema para debate que, a meu ver, é superimportante: o Estado laico.

É outra questão fundamental nesse empoderamento que nós queremos fazer, através do conhecimento, de todas as mulheres quanto ao seu papel fundamental de cidadã com direitos. E os direitos das mulheres são direitos humanos.

Esta Casa realmente não é laica. Teoricamente, ela tem um discurso de que o Estado é laico, mas ela não é laica. Sentimos e percebemos claramente isso. É questão fundamental que temos de tratar, porque, a partir dessa questão, não podemos confundir esta Casa com os princípios religiosos que cada um pode, deve ou não quer ter. Temos de tratar dessa questão.

A Jussara fez um diagnóstico. Acho que ela também se referiu ao déficit da participação das mulheres e dos jovens. Acrescentaria o que a Fernanda levantou, ou seja, o déficit da participação da mulher negra, dos jovens e dos jovens negros é também outro tema que vocês levantaram, mas que seria palco de outras discussões também de suma importância.

A Fernanda mencionou a integralidade. Não se pode separar. E essa ação tem de ser dinâmica. Há que se ter um desafio, que é um dos pontos que considero de suma importância, no tratamento das questões relacionadas a mulheres jovens, negros, DST e Aids — em português, Sida (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida). São temas fundamentais, que não podem ser abordados em 3 minutos.

A Clair Castilhos citou questões fundamentais. Hoje, o Emir levanta também a questão de que nós mulheres somos as que mantêm ainda posições de esquerda e, nesse estado de construção democrática — nós, que viemos do período de lutas contra

a ditadura —, mostramos que democracia se constrói com algumas questões básicas, como liberdade. Para termos liberdade, temos de ter consciência e escolha.

Esta Casa vive um grande dilema, porque estamos sob um fardo de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que paira sobre nós. Se levada a termo, nós mulheres estaremos outra vez na fogueira da Idade Média, no que se refere às questões relacionadas às mulheres de Mato Grosso. Na verdade, por trás está o tema da decisão da mulher relativamente ao seu corpo, decisão tão difícil e solitária que muitas mulheres têm de tomar, cujo preço muitas vezes é a vida.

Queria apenas levantar esses temas. Acho que depois devemos aprofundar a discussão. O que aqui foi dito por todas contribuiria em relação a outras questões, com mais tempo de aprofundamento.

Parabéns, Deputada Emília. O tema foi abrangente, integral. Temos um campo muito amplo para uma vasta discussão de cada tema.

Muita obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Emília Fernandes) – Muito obrigada, Deputada Janete Rocha Pietá, pelas suas considerações, muito oportunas.

Passo a palavra ao Deputado Nazareno Fonteles, do Partido dos Trabalhadores do Piauí.

O SR. DEPUTADO NAZARENO FONTELES – Boa tarde.

Parabenizo a Deputada Emília pela iniciativa que aprovamos nesta Comissão.

Eu não pude ouvir todas, mas ouvi parcialmente duas e acho que completamente três das exposições das componentes da Mesa.

Não sei se a Rede tem trabalhado isso.

Eu dirijo a Frente Parlamentar da Segurança Alimentar e Nutricional, que trata do direito à alimentação, da qual participa também a Deputada Emília Fernandes. Inclusive hoje estamos na expectativa de votar matéria relativa ao direito à alimentação como direito social. Depois de 21 anos, nem a sociedade civil, nem este Parlamento lembraram que alimentação é um direito social. Vamos cobrir essa lacuna.

Acho que tem sido muito fraco o trabalho realizado no Ministério da Saúde a respeito da ponte saúde/alimentação. A despeito da norma feita junto com o Ministério da Educação, sabemos da existência de problemas como obesidade, seu impacto na saúde reprodutiva da mulher, os riscos de doenças nos que ainda vão nascer. A obesidade e o sobrepeso aumentam assustadoramente.

Outro grande problema diz respeito à alimentação escolar, com o uso do açúcar e de refrigerantes. E esta Casa está inibida em votar contra a publicidade dos alimentos ruins. A meu ver, é necessário que mais setores da sociedade assumam isso.

A Rede Feminista está ligada à área da saúde. Faço aqui uma provocação. Estou sentindo falta da ajuda dela neste momento em que realmente há maior visibilidade do direito humano à alimentação. Retorno de um seminário internacional que se realiza desde ontem no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com a participação de representantes de outros países. Inclusive o Relator da Organização das Nações Unidas (ONU) para o Direito Humano à Alimentação esteve presente. Sentimos falta disso.

Particularmente, entendo que esta Casa aprovou uma lei importante, a Lei da Alimentação Escolar. Eu me empenhei muito nisso, por intermédio da Frente. Precisamos barrar nas escolas este tipo de alimento não saudável, refrigerantes e outros produtos que não vem ao caso listar.

A meu ver, passamos por grande conscientização, sobretudo as mulheres. Sabemos o papel das mães no que diz respeito às crianças e adolescentes, a fim de ajudá-los. Isso sem citar o papel das professoras, dos professores.

Algo que tem sido surpreendente nessa minha experiência de mais de dois anos aqui é que até a academia, na formação de profissionais da área de saúde, nutrição e tantas outras, é muito ignorante no que se refere à segurança alimentar e nutricional. Digo isso com base nos depoimentos que ouvi, inclusive hoje. Isso mostra uma grande lacuna. Portanto, é preciso que os movimentos sociais, as entidades realmente comprometidas com os direitos humanos ajudem nesta grande ameaça à nossa saúde: os maus hábitos alimentares.

Estatísticas do próprio Ministério colocadas no Guia Alimentar mostram que cerca de 50% das doenças cardiovasculares, diabetes tipo II, obesidade e alguns tipos de câncer poderiam ser evitados apenas com a mudança de hábitos alimentares.

Isso é apenas para percebermos o investimento de quem luta pela saúde — tive até a oportunidade de ser Secretário de Saúde, conheço razoavelmente a luta do SUS desde 1986 — e o quanto a área de segurança alimentar precisa avançar. Então, nós precisamos fortalecer esse lado, e o fortaleceremos, libertando muito o nosso povo dos males que os maus alimentos têm causado e continuam causando não apenas no Brasil, mas em todo o mundo.

Era esse o apelo.

Já que a Deputada Emília atua nas duas Frentes, aproveito para comprometê-la ainda mais, com o intuito de sensibilizar as companheiras a discutir essa temática na Rede Feminista de Saúde.

Era o que eu tinha a dizer.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Emília Fernandes) – Obrigada, Deputado Nazareno Fonteles. Foram oportunas as considerações de V.Exa. exatamente ao fazer este *link* alimentação/saúde/mulher. Tem tudo a ver. Esse tema já foi pautado pela Rede desde junho, quando nós dialogamos em uma audiência realizada no Ministério da Saúde. Mas tenho certeza de que fortaleceremos a nossa luta a partir desse seu chamamento.

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Talmir.

O SR. DEPUTADO DR. TALMIR – Parabéns, Deputada Emília Fernandes.

A título de colaboração, quero tecer alguns comentários.

Quando a Fernanda Lopes falou a respeito de discriminação, pensei muito na situação da mulher negra. Fiz parte da CPI do Sistema Carcerário. Durante as reuniões ouvimos dizer que primeiro chegou ao Brasil o navio negreiro, depois se instalou a senzala e, hoje, os porões dos presídios. Nelson Mandela dizia: *“Se você quiser conhecer a realidade de um país, visite os porões de seus presídios”*. Quando fizemos visitas a esses porões, vimos o sofrimento de todos com a superlotação etc. A situação da mulher sempre foi muito debatida: falta de privacidade; alojamento conjunto com a criança recém-nascida; falta de especialidade médica para o acompanhamento das mulheres.

Eu me lembro de uma situação ocorrida numa delegacia da cidade de Pirapozinho. Só havia mulheres presas, e muitas diziam não receber visita de defensor público, de delegado. Várias já haviam cumprido a sentença, já deveriam estar soltas há mais de um ano. Percebemos o sofrimento. Mulheres disseram que abraçavam seus filhos pelas grades. Não tinham o direito nem de receber seus filhos dentro do presídio. É realmente deprimente essa situação.

Se nos pudesse ajudar, Fernanda, gostaria que apurasse o que a ONU e a Anistia Internacional têm dito sobre as mulheres no sistema penitenciário no Brasil.

Indicamos que fossem gastos 3 bilhões no sistema carcerário, mas no máximo 800 milhões foram liberados neste Governo. Então, realmente vemos esse sistema caótico. Por outro lado, vemos avanços, como a criação de delegacia de mulheres, aprovação da Lei Maria da Penha.

Você também fez referência à pessoa com deficiência. Na minha cidade, Presidente Prudente, ajudei a criar o Conselho das Pessoas com Deficiência. Vemos que a pessoa com deficiência é normal, como todos nós. Sou médico, e entendemos que a mulher, mesmo a com deficiência, tem direito a tudo, a namorar, a casar. Nesse sentido, deveria haver maior fortalecimento no que diz respeito a esse tema. Em São Paulo atua a Linamara, que trabalha no conselho das pessoas com deficiência; a Deputada Célia Leão, portadora de deficiência. E vemos pelo mundo afora lindos trabalhos sendo feitos por pessoas com deficiência.

Com bem disse a Deputada Janete, há também a questão da falta de espaço, que acredito ser cultural, de a mulher não ter vez na política. No máximo, 9,5%. Minha esposa mesmo foi candidata a Prefeita na minha cidade, Presidente Prudente, e vemos que ainda impera o machismo, que não digo que é só da parte dos homens, é cultural. Isso tem que ser mudado. Em relação à entrada da mulher na política, lutamos por 30%, mas deveriam ser, no mínimo, 50%.

Hoje, temos em nosso Partido Verde a Marina Silva, candidata a Presidente da República. A Dilma de um lado, a Marina de outro. Vamos torcer para que seja eleita uma mulher, e que seja a Marina.

Deputada Emília, que preside esta reunião, estive durante quinze dias na Índia, debatendo a Situação de Violência contra a Menina Mulher — era esse o título. Lá, conhecemos muito bem o trabalho da Madre Teresa de Calcutá. Inclusive conheci uma instituição que acompanhava só pessoas com deficiência abandonadas. Nunca vi isso no Brasil. Conheço a Cotolengo, conheço algumas entidades, mas aqui não há nenhuma parecida com aquela. A Madre Teresa de Calcutá fazia palestras em todo o mundo e dizia que a pobreza não é o pior. Não é por ser pobre que a pessoa vai ser criminosa. Não. Independentemente da classe, existe essa questão da marginalidade. Deveríamos ter políticas públicas não só para as mulheres, mas também para os homens. O exemplo da Madre Teresa de Calcutá na Índia deve ser levado em conta, a fim de haver a inclusão social das pessoas que vivem na marginalidade.

Juntamente com a Deputada Janete Rocha Pietá, visitamos os acampamentos na região do Pontal do Paranapanema. Lá nos encontramos com a Deolinda. Vemos tantos sacrifícios... Falamos a respeito das prisões, das mulheres com deficiência, da situação dos presídios no Brasil.

Penso que deveria haver uma política de inclusão. O debate hoje é sobre a mulher. Então, devemos falar da inclusão da mulher que está nos presídios, nos acampamentos. Vi na Índia uma mulher que levou avante toda essa questão da inclusão. Deputada Emília, deveríamos trabalhar nesse mesmo sentido. Acredito que a mulher está sendo muito penalizada. E ela é especial, como já foi dito aqui, no que se refere a saúde, educação, habitação, lazer.

Fernanda, gostaria de ter um *feedback* sobre o que dizem a Anistia Internacional e a ONU sobre a situação da mulher presa no Brasil. Sabemos que o Ministério Público está agindo de tal maneira que a sociedade às vezes não compreende, mas ela age por ação direta da Anistia Internacional e da ONU.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Emília Fernandes) – Muito obrigada, Deputado Dr. Talmir.

Eu seria a próxima a falar, mas, tendo em vista a honrosa presença nesta audiência pública da Presidenta da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, nossa companheira e conterrânea Deputada Maria do Rosário, concederei a palavra a S.Exa., para que teça suas considerações.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO – Muito obrigada, Deputada Emília Fernandes.

Meus cumprimentos a V.Exa. e a todos os integrantes da Comissão de Legislação Participativa, colegas Deputados Dr. Talmir, Janete Rocha Pietá, Nazareno Fonteles.

A Deputada Emília muito nos mobiliza em torno das questões de gênero. Antes de tudo, quero dar o testemunho de como faz diferença para nós o seu mandato e o fato de realizarmos um trabalho integrado, cooperativo, que procura estabelecer na vida política uma relação, um posicionamento a partir das questões de gênero, de interação e cooperação entre nós mulheres da Casa. Por isso eu a cumprimento verdadeiramente.

A Deputada ligou para o nosso gabinete. Estamos aqui a seu chamado, a fim de falar sobre a importância desse programa.

Cumprimento também a Fernanda Lopes, da UNFPA; a Lidiane Gonçalves, do Ministério da Saúde; a Telia Negrão, ativista, líder do movimento feminista em todo o Brasil; especialmente pelo apreço que tenho pelo seu trabalho e por sua pessoa, a Jussara Reis Prá, que tive a honra de ter na minha banca de mestrado, uma das professoras a conferir seu parecer à minha dissertação; e a Clair Castilhos, liderança muito importante na luta das mulheres em todo o Brasil.

Ao ouvi-las — não pude ouvir todas —, fiquei pensando nos desdobramentos que devem ocorrer na agenda educacional brasileira. Hoje mesmo a Comissão de Trabalho analisou uma indicação que fiz há alguns anos. Às vezes demora muito para as coisas andarem aqui dentro, e às vezes andam muito rápido. Por exemplo, a CPI citada pela Janete foi de um dia para o outro. Por outro lado, há projetos nossos que passam por um processo lento. Deputado Dr. Talmir, a referência que faço, com muito respeito, é uma verdade: às vezes, o trâmite do projeto é muito rápido, às vezes é lento.

O projeto em análise diz respeito a como os currículos escolares e como o ambiente escolar devem produzir relações de respeito, convivência e valorização a partir da questão de gênero. Podemos afirmar que todas as instituições, Professora Jussara Prá, são genericadas, pautadas pela dimensão de gênero. Elas estão coordenadas nas suas direções e no seu modo de agir por dimensão de gênero, assim como por outras dimensões que compõem a sociedade contemporânea.

As questões de gênero misturam-se excessivamente, no mundo contemporâneo, aos padrões de consumo da sociedade em que vivemos.

Ouvi o Deputado Nazareno Fonteles falando sobre as questões da merenda e outras questões. O Ministro da Educação esteve conosco nesta manhã debatendo várias questões, dentre as quais o uniforme escolar. Hoje, se de um lado, como política pública industrial do Brasil, toda área têxtil tem interesse nisso — e esta é uma casa de interesses —, por outro lado, a questão dos uniformes escolares, como eles são escolhidos, revela também o que fazemos com o corpo: se o escondemos, se o mostramos, se o moldamos, e dentro de que padrões. A escola, portanto, Professora Jussara Prá, está todo o tempo debatendo e decidindo sobre questões de gênero e de direitos sexuais e reprodutivos: os corpos que se escondem, a sexualidade que se nega; aqueles escritos nos banheiros que não se dizem nas salas de aula ou que não se dizem para o professor; ou a ausência da orientação, essas dificuldades todas que existem em torno de se tratar o tema da sexualidade como parte da vida.

Proponho, Deputada Emília Fernandes, que o trabalho de V.Exa. na Comissão de Legislação Participativa se integre — como é natural, porque já é integrado —, via bancada feminina. Que seja franqueado à Comissão de Educação e Cultura, nos dois temas, educação e cultura, um debate que trate dessa questão dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos, mas olhados pela menina e pelo menino também, olhados a partir do que é ser criança e ser adolescente, do que é ter o corpo e a cabeça em movimento sob todas as pressões que a sociedade contemporânea faz, seja nas questões vividas pelas comunidades mais pobres —

como a gravidez, pois não tenhamos dúvida de que a gravidez é um imperativo para muitas meninas, quase uma etapa de transição à vida adulta nas vilas populares e favelas brasileiras, como parte da cultura de *“estou crescendo, agora sou mãe, não sou mais a menina, tenho algum poder nessa relação”* —, seja nas questões relativas à sexualidade, separando-se a sexualidade da violência. Não é necessário debatermos sexualidade e violência como um binômio que se integra, o que normalmente temos feito.

Faço essa sugestão e coloco-me à disposição para isso.

O Secretário Executivo do Ministério da Cultura está presente na nossa Comissão, que está em funcionamento neste momento. Estou nesta reunião por considerar o tema abordado importante.

Por último, reafirmo o que disse a Deputada Janete Rocha Pietá há poucos instantes: a Câmara dos Deputados tem poucas Deputadas. Incomoda-me muito que a Câmara seja chamada “Câmara dos Deputados”. Há uma frase da Rosa Montero, uma autora espanhola, que diz que tivemos que ter sempre muita imaginação para ouvirmos no feminino aquilo que sempre é dito no masculino. Desde pequenas somos chamadas a transformar as palavras para nos incluirmos. As leis ainda são escritas no masculino; os imperativos legais, como as leis são feitas, tudo é escrito no masculino. Nesses aspectos também temos que pensar.

Eu fiquei mobilizada a dizer isso a partir das falas das Deputadas Janete Rocha Pietá e Emília Fernandes, as quais cumprimento mais uma vez.

Obrigada. Parabéns!

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Emília Fernandes) – Muito obrigada, Deputada Maria do Rosário.

Passo imediatamente a mais duas inscrições de representantes das entidades, até porque estamos acelerando a reunião, pois foi acionada a luz que nos informa que foi iniciada a Ordem do Dia no plenário. Portanto, nós, Parlamentares, teremos que nos deslocar dentro de alguns minutos.

Passo a palavra à Sra. Maria Goretti Lopes, Presidenta da Associação Brasileira de Enfermagem, e à Sra. Talita Victor Silva, do Ministério da Saúde. Finalmente, daremos a palavra aos demais palestrantes, para uma breve rodada, a fim de encerrarmos a reunião.

A SRA. MARIA GORETTI DAVID LOPES – Deputada Emília Fernandes, demais Deputados presentes, Sras. Telia Negrão, Clair Castilhos, Lidiane Gonçalves, Fernanda Lopes, Professora Jussara Prá, demais mulheres que compõem esta Mesa, demais companheiras, devo dizer-lhes que é um prazer e uma grande alegria estar nesta reunião. Era meu desejo usar a palavra para dizer da minha satisfação, como militante do Movimento Feminista, enfermeira, dirigente da Associação Brasileira de Enfermagem, entidade que congrega mulheres — somos hegemonicamente uma categoria feminina —, de comemorar a chegada da maturidade da Rede Nacional Feminista de Saúde, que já nasceu ousada, podemos afirmar isso. É nosso desejo que ela continue ousada, com muitas iniciativas e com vida longa para muitas conquistas em prol da sociedade brasileira.

Quero dizer do nosso compromisso, como militantes pela Associação Brasileira de Enfermagem, com o desenvolvimento do projeto Trilhas da Saúde das Mulheres, por meio do qual fortaleceremos essa parceria com a Rede para mobilizar e capacitar profissionais da enfermagem — enfermeiros, técnicos, auxiliares de enfermagem e usuários do sistema de saúde —, dentro de nossas possibilidades.

Tomo a liberdade, Deputada Emília Fernandes, de fazer a seguinte proposta: V.Exa. e as nobres Deputadas que compõem a bancada feminina poderiam pensar na possibilidade de capacitar as mulheres servidoras desta Casa. A Deputada Maria do Rosário nos diz que esta é uma Casa de leis que ainda se define sempre no masculino. Lembro que há aqui um conjunto muito grande de mulheres, funcionárias ou assessoras de gabinetes, enfim, todo o conjunto do Congresso Nacional. Quem sabe com a parceria com a Rede Nacional Feminista de Saúde e a bancada feminina possamos promover a capacitação dessas mulheres trabalhadoras desta Casa, para que passem a enxergar os projetos, a redação e o conteúdo dos projetos na perspectiva de gênero, utilizando esses marcos introduzidos no projeto Trilhas da Saúde das Mulheres?

Meus cumprimentos a todas as companheiras presentes e meu grande abraço à Telia Negrão, a quem desejo muita força, para que continue dirigindo-nos como Secretária Executiva da Rede.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Emília Fernandes) – Muito obrigada, Sra. Maria Goretti.

Passo a palavra à Sra. Talita Victor Silva.

A SRA. TALITA VICTOR SILVA – Boa tarde a todas. Parabeno a Rede pela maioria.

Eu poderia apresentar-me como servidora pública do Ministério da Saúde, estudante, militante social, cristã, mas me apresento como mulher. Basta isso, pelo menos para falar o que tenho a falar agora.

A minha pergunta específica é dirigida à Sra. Telia Negrão, nessas considerações finais, para que S.Sa. explique um pouco o histórico da Rede Nacional Feminista de Saúde.

A Rede foi criada na década de 90, década de dissensos, de movimentos sociais. A partir de 2000, os movimentos têm sofrido uma criminalização muito severa. Há uma ofensiva conservadora muito grande contra a pobreza, de forma geral, contra a população de rua, contra a juventude, em especial contra as feministas que ousam lutar hoje contra o patriarcado, contra os padrões heteronormativos, haja vista essa caça às bruxas, citada pela Deputada Janete Rocha Pietá, nessa questão das CPIs. Em todos os setores da sociedade está havendo essa criminalização e essa ofensiva.

Que todas se sintam à vontade para contemplar um pouco mais esse processo e transmiti-lo a todas nós.

Dirijo-me especialmente à Sra. Lidiane, colega do Ministério da Saúde, para perguntar sobre que tipo de políticas estão sendo desenvolvidas para a saúde da mulher, especificamente para a lésbica, que acaba um pouco invisibilizada — pouco não, bastante invisibilizada —, sob o contexto de política pensada e implementada.

Clair Castilhos fez brilhante explanação também. Eu gostaria que S.Sa. falasse um pouco mais, na sua consideração final, sobre o controle social feito pelos conselhos e os gastos públicos. Como está a luta de verdade? Na execução orçamentária, que sabemos ser o nó das coisas, quais são as diretrizes de políticas públicas tiradas nos conselhos e nas conferências setoriais realizadas no Brasil nos últimos anos?

Muito obrigada.

Boa tarde a todos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Emília Fernandes) – Muito obrigada pelas contribuições.

Vejo a importância do tema e desta audiência, não apenas para nos fortalecer e para nos alegrarmos diante do trabalho maravilhoso que a Rede Feminista de Saúde faz, mas principalmente para mostrar os inúmeros enfoques deste tema, que se relaciona com saúde sexual e reprodutiva de mulheres jovens, das mulheres negras, etc. Devem vir desdobramentos, como disse muito bem nossa Deputada.

Pretendo abrir mão da minha fala e passar de imediato às considerações, mas antes devo referir-me a algumas questões diretamente feitas para nós, integrantes da Casa.

A primeira, eu diria, é uma provocação que há tempo a Deputada Maria do Rosário e eu discutimos: esta Casa, definitivamente — tenho analisado isso desde que estava no Senado —, precisa incorporar uma nova denominação. Assim como é “Senado Federal”, esta Casa deve ser “Câmara Federal”, e não “Câmara dos Deputados”. Precisamos construir uma alternativa que dê visibilidade às mulheres, não apenas às Parlamentares mas também às funcionárias.

A proposta da Sra. Maria Goretti sobre a capacitação das mulheres desta Casa é excelente. Sou uma das Procuradoras Adjuntas da Procuradoria Especial da Mulher, criada este ano na Casa. Vamos encaminhar proposta nesse sentido, porque temos o dever de acompanhar a realidade das mulheres aqui, os projetos que estão tramitando e como as leis estão sendo aplicadas.

Não é por acaso que levamos ao Colégio de Líderes a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 590, de 2006, que inclui mulheres nas Mesas da Câmara e do Senado e nas Comissões. Defendemos o texto na primeira reunião e a Deputada Janete Rocha Pietá o defendeu em outra. Em síntese, a matéria está colocada como prioridade da bancada feminina, e os Líderes acata-ram o encaminhamento da proposta à votação.

A PEC da Alimentação é também matéria que está sendo muito debatida e acompanhada aqui.

Cito essas questões pontuais e destaco a interação que temos com outras Comissões, a exemplo da Comissão de Educação.

Hoje, na Comissão de Trabalho, aprovamos um dos pontos que há dois anos, logo que surgiu o Plano de Desenvolvimento da Educação, trouxe à realização os Planos de Ação Articulada nos Municípios. Eu fazia uma análise — sem mandato — sobre educação nos Municípios. Analisei 175 Municípios das Regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, durante 2007 e 2009. Constatei que nenhum deles incorporava à sua prática curricular, nem na sala de aula, nem entre professores e professoras, políticas de enfrentamento da violência contra a mulher.

E refiro-me, ainda, à própria lei que estabelece no currículo a inclusão da história e da cultura afrodescendente — é lei, tem que ser definitivamente incluída. Pouquíssimas escolas trabalhavam e desenvolviam suas atividades com essa conotação. Vejam quanta coisa precisamos ainda desenvolver!

O projeto que aprovamos hoje, de autoria da Deputada Maria do Rosário, leva para o currículo escolar — e para alunos, pais, professores e funcionários — o diálogo, a fala, a voz, o clamor, a transparência da triste realidade da violência — a grande maioria dentro dos próprios lares — praticada contra mulheres pelos companheiros, na presença de filhos, que sofrem duplamente essa questão.

A temática é muito abrangente e muito rica.

Parabéns, Rede Feminista de Saúde! Este projeto Trilhas de Saúde das Mulheres é fundamental!

Temos de fazer uma grande divulgação desse projeto, porque todos os movimentos sociais, sindicatos e gestores públicos precisam apropriar-se desses dados. Quando se quer discutir a questão das mulheres nos Municípios, nós que fazemos parte do Fórum de Mulheres do Mercado Comum do Sul (Mercosul) — e quero pedir desculpas por não ter registrado a presença da Lurdes Santiago, do Fórum de Mulheres do Mercosul, apesar do convívio constante, já que presido a entidade no Brasil — levamos a questão de gênero para ser discutida junto com os Municípios, com as entidades municipalistas. É lá que as políticas podem ser transformadas e ampliadas, e os espaços de empoderamento da mulher construídos e fortalecidos com todos os vieses necessários.

Queremos também nos somar às ponderações do Deputado Nazareno Fonteles, para que a Rede faça uma manifestação pública e se incorpore nessa grande campanha de aprovação da PEC da Alimentação, como direito social, como compromisso de Estado.

O dia 16 de outubro é o Dia Mundial da Alimentação. Seria bom se esta Câmara, assim como o Senado, que já aprovou essa PEC, desse a demonstração para o Brasil e para o mundo de que este País deseja erradicar a miséria e a fome no nosso País.

Parabéns! Muito obrigada pela presença de todas as nossas palestrantes, excelentes mulheres. Foi dado apenas um *trailer* da capacidade, do conhecimento dessas maravilhosas lutadores sociais, altamente competentes, que trabalham essas questões há muitos anos.

Parabéns à Rede Feminista de Saúde!

De imediato, convidamos para fazer as considerações finais a Sra. Clair Castilhos e, depois, as Sras. Lidiane Gonçalves, Fernanda Lopes, Jussara Prá e Telia Negrão. Cada uma falará por 3 minutos, por favor.

A SRA. CLAIR CASTILHOS – Depois a Talita falará sobre a luta do controle social na realidade.

Essa questão dos orçamentos para o financiamento da saúde começa com a Emenda Constitucional nº 29, que é a grande luta que tem de ser vencida e enfrentada; dentro disso, as partilhas desses orçamentos garantidos para os diferentes programas de saúde que vêm das diferentes políticas voltadas para a saúde. É um longo tema. Até me proponho a discuti-lo mais apropriadamente, mas ocorre no cotidiano a luta, passo a passo. Centavo a centavo vamos conseguindo essas questões, tudo isso sob o manto de uma enorme discriminação, disfarçada de prioridades gerais que rompem com a questão da equidade. Ou, então, o Movimento Sanitário considerava as lutas das mulheres e os nossos programas específicos como programas verticais. Dizia-se que queríamos a integralidade. No entanto, o programa Saúde da Família é vertical e ninguém fala nada, porque se trata de família nuclear patriarcal. Infelizmente não terei tempo para avançar tanto.

Concordo plenamente com as considerações da Deputada Janete Rocha Pietá em relação à laicidade desta Casa. Digo que realmente nem a Casa nem o nosso Estado é laico. Pelo contrário, é eivado de misoginia total. Isso deve ser levado em conta. Até quero sugerir que junto à CPI do Aborto — a CPI da Fogueira, falando melhor — faça-se a CPI da Misoginia dentro do País, porque o tipo de palavreado e leis que estão surgindo contra as mulheres e o seu corpo dentro desta Casa merecem uma CPI específica.

O próprio Foucault falava sobre o que interessa fundamentalmente ao capitalismo e a todas essas lutas reacionárias. É o domínio do corpo, porque o corpo declara e demonstra a diferença e é o corpo que tem que ser subjugado, subordinado e explorado; é com o trabalho dele que se extrai a mais-valia, senão, extraia-se com os robôs, que dão muito menos trabalho do que pessoas humanas. Então, acho que precisamos analisar isso.

Se as leis são escritas no masculino, não somos obrigados a cumpri-las. Não tem muito a ver conosco. Até fico mais tranquila, para dizer a verdade.

Sobre as questões que o Deputado Nazareno Fonteles levantou a respeito do direito à alimentação, ele não falou sobre tudo, porque aqui não dá, mas quero dizer que, quando S.Exa. se refere à ignorância da Academia a respeito da alimentação e dos hábitos saudáveis, não podemos nos esquecer que a Academia é um aparelho de reprodução ideológica do Estado, e a história da alimentação reproduz a ideologia das multinacionais, do monopólio da semente, dos transgênicos, dos aditivos que, na ótica deles, agregam valor aos alimentos.

Para terminar, o Deputado Dr. Talmir referiu-se à questão das negras. Quanto ao navio negreiro, à senzala e ao presídio, uma aluna minha da Medicina, em Florianópolis, fez uma pesquisa no presídio feminino e, além das condições abjetas de vidas que as presidiárias têm, há ainda uma discriminação brutal, porque os homens têm visitas íntimas toda a semana e as mulheres apenas uma vez por mês — e isso de dois anos para cá, porque até então não tinham. Então, essa é uma questão a ser vista também, porque se trata de saúde mental, de promoção da saúde e do equilíbrio.

Era isso que tinha a dizer. Muito obrigada a todos e a todas. É um imenso prazer estar aqui porque, apesar das críticas, esta Casa representa verdadeiramente tudo o que precisamos para a consolidação da democracia, da amplitude, da liberdade e da própria laicidade da representação popular.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Emília Fernandes) – Muito obrigada, Clair Castilhos. Parabéns pelas suas considerações.

Pedimos a todas que, se também desejarem, podem enviar algo por escrito para que multipliquemos; aqui as notas taquigráficas registram tudo. Pretendemos, inclusive, verificar a possibilidade de fazer uma separata com as respectivas falas de cada um dos palestrantes. Se quiserem enviar alguma complementação, algum dado, sempre é bem-vindo.

Nós estamos encaminhando à Mesa e pedimos que seja transcrito nos Anais um texto em que se destaca a trajetória da Rede, a verdadeira história do movimento das mulheres, e o que é o Projeto Trilhas da Saúde das Mulheres, que também encaminhamos para que seja anexado à nossa fala, tendo em vista que estamos abreviando pelo adiantado da hora.

De imediato, concedo a palavra à companheira Lidiane Gonçalves, do Ministério da Saúde.

A SRA. LIDIANE GONÇALVES – Vou ser bem rápida ou, pelo menos, tentarei sê-lo. Quero pontuar algumas coisas que, inclusive, o Deputado Dr. Talmir abordou.

Em relação às pessoas com deficiência, Dr. Talmir, temos uma área técnica de saúde das pessoas com deficiência. Inclusive, no nosso departamento, há a saúde da mulher, a saúde no sistema penitenciário, adolescente, jovem, criança, amamentação, saúde mental, saúde do homem, enfim, todas estão dentro desse Departamento de Ações Programáticas Estratégicas.

Neste ano, realizamos um seminário sobre direitos sexuais e direitos reprodutivos das pessoas com deficiência — foi em março ou abril. Esse seminário realizou-se aqui em Brasília e, para assisti-lo, trouxemos várias pessoas com deficiência ou que trabalham com pessoas com deficiência e com o tema da sexualidade, do País todo. Esse documento foi consolidado e está agora em fase de

consulta pública, no *site* do Ministério da Saúde. Seria muito importante receber as contribuições do senhor e de todas as pessoas que, obviamente, desejarem contribuir para este documento.

Como temos uma área técnica de saúde no sistema penitenciário, também seria importante essa interlocução com os Deputados que fizeram parte da CPI. Eu me lembro que a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM) montou, recentemente, um grupo de trabalho só para ver a situação das mulheres que se encontram presas. Existe até um relatório produzido. A Secretaria tem desenvolvido algumas ações para essas mulheres, como alguns mutirões no sentido de agilizar os processos judiciais.

Na verdade, cada tema que a gente fala aqui tem vários desdobramentos. Falar de direitos sexuais reprodutivos é falar de várias mulheres diferentes. Talvez seja interessante ouvir um pouco a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres no desdobramento das ações a partir desse relatório que está no *site* da SEPM.

Por último, quanto à saúde das mulheres lésbicas, eu queria informar, Talita, que o Ministério da Saúde produziu um material de saúde das mulheres lésbicas, direcionado às organizações da sociedade civil que trabalham com esse público. O material foi focado para se trabalhar em oficinas de saúde e sexualidade. O material, chamado "*Chegou a hora de cuidar da saúde*", foi um sucesso. Tínhamos a ideia de produzir um quantitativo "x", mas tivemos que dobrar o quantitativo, porque a demanda foi muito grande, e está contemplado no Plano de Ação de Saúde da Mulher 2008-2011 como um objetivo específico — antes, a gente tinha mulheres lésbicas sendo um objetivo dentro da Política de Saúde da Mulher. Também está dentro do Plano Integrado de Enfrentamento à Feminização como uma agenda afirmativa para trabalhar com esse segmento.

No mais, eu gostaria de agradecer à Comissão de Legislação Participativa e a todas as pessoas presentes ou que estão nos ouvindo ou assistindo. Acho que tudo isso contribui, mudanças mesmo de paradigma, de perspectiva. Vamos continuar o debate fazendo dessa maneira, desdobrando os diversos assuntos no que tange a direitos sexuais e reprodutivos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Emília Fernandes) – Muito obrigada, Lidiane Gonçalves, Técnica de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde.

Passo de imediato a palavra à Sra. Fernanda Lopes, Oficial de Programas do Fundo de População das Nações Unidas.

A SRA. FERNANDA LOPES – Eu também vou tentar ser breve. Sempre é um grande desafio resumir tudo.

Gostaria de fazer alguns comentários e mais uma vez reiterar a disponibilidade do Fundo de População das Nações Unidas para contribuir com os desdobramentos e os encaminhamentos que foram elencados aqui nesta audiência.

Primeiro, quanto à proposta apresentada pela Maria Goretti, já acolhida pela Deputada Emília Fernandes, que nós possamos pensar em construir essa proposta de capacitação, de educação permanente dirigida às mulheres que trabalham aqui na Câmara, com foco nos direitos humanos, mas numa perspectiva de gênero, raça, faixa etária ou geração. Compreender os fatores estruturantes das desigualdades e da cronicização da pobreza é essencial.

Mais uma vez eu gostaria de ressaltar que não existem experiências isoladas. O racismo, o sexismo, o adultocentrismo, todas essas ideologias trabalham juntas. Não existem só, como normalmente se fala, desigualdades acumuladas, mas existem intersecções. Em cada momento da vida é uma dimensão que se faz mais forte. Mas se nós não assumirmos o compromisso de efetivamente discutir os vários fatores que estruturam essas desigualdades e que, como coloquei anteriormente, cronicizam a pobreza, é muito complicado pensar no desenvolvimento como ampliação das potencialidades individuais e coletivas.

Quanto a essa proposta de capacitação e educação permanente das trabalhadoras desta Casa, caso seja acolhida e efetivada, o Fundo se dispõe, sim, a ser também parceiro e com um valor agregado dessas outras dimensões do pensar, o ser mulher, o ser mulher atuante nesta Casa, o ser mulher atuante em vários espaços da sociedade brasileira.

Um outro ponto que eu também gostaria de comentar, relacionado à fala da Deputada Maria do Rosário, da Comissão de

Educação e Cultura, é sobre a importância de se incluir no currículo escolar esses temas: direitos humanos, direito das mulheres, saúde sexual e reprodutiva, direitos reprodutivos e o direito ao exercício pleno, prazeroso e seguro da sexualidade. Agora nós sabemos que o Ministério da Educação (MEC), juntamente com vários parceiros, inclusive o Sistema ONU, está discutindo o currículo em movimento.

Acho que este é o momento de nós ampliarmos os espaços de discussão dos processos de formação por meio da educação formal. Ressaltei os processos de formação por meio da educação formal. A formação não se dá somente nos espaços de educação formal. Existem vários saberes, vários conhecimentos que são produzidos nos diversos espaços onde as pessoas interagem.

O Brasil acaba de reiterar os compromissos assumidos no âmbito da educação para a sexualidade integral na Conferência Mundial de Aids, realizada no México, em que saúde e educação firmaram metas a serem atingidas em especial para a efetivação dos direitos sexuais e reprodutivos de adolescentes e jovens.

Seria interessante se esta Casa também pudesse discutir um pouco mais sobre esse tema e também, Deputada Janete, sobre os resultados dessa pesquisa que acaba de ser feita por solicitação do MEC que traz inúmeros dados sobre fatores que motivam atitudes discriminatórias nos ambientes escolares, em especial fatores relacionados ao exercício da livre orientação sexual, relacionadas com a vida em deficiência e com o fato de ser ou não negro e negra.

Deputado Dr. Talmir, em relação às mulheres em privação de liberdade, à violação dos direitos, embora o trabalho com os grupos de privados de liberdade não esteja diretamente relacionado com o mandato do Fundo de População das Nações Unidas, existe no sistema uma divisão de tarefas. Esse grupo cabe ao Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), que é uma agência também do Sistema ONU. Nós temos participado de algumas discussões sobre a efetivação dos direitos humanos das mulheres e dos homens em situação de privação de liberdade, em especial os direitos reprodutivos e o direito humano à saúde. Temos trabalhado muito, junto com o Ministério da Saú-

de, nessa área e na área de direitos das pessoas com deficiência, para pensar em algumas estratégias mais efetivas. Realmente, depois podemos conversar um pouco mais. Já de pronto, eu me disponho e reitero a disponibilidade do UNFPA em participar de algo que seja relacionada com essa discussão.

A Comissão de Legislação Participativa é um espaço onde os atores e atrizes deveriam se fazer mais presentes para discutir todos os temas, com todas as expressões e interpretações em que estão descritas na nossa sociedade. Como a Deputada Janete diz, a primeira fala dessa discussão mais ampliada, reiterando algo que eu mesmo tinha falado antes, que é o desafio da efetivação da integralidade dos direitos humanos. Que possamos pensar coletivamente nessa construção. O Sistema das Nações Unidas no Brasil, como parte das suas atribuições, tem esse espaço de disponibilidade para o apoio ao Governo, para o apoio ao Corpo Legislativo, sobretudo para o apoio à sociedade civil no que tange à defesa dos direitos humanos.

Mais uma vez eu quero agradecer e parabenizar a Comissão por esta realização e em especial à Rede Feminista.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Emília Fernandes) – Muito obrigada, Fernanda.

Passamos a palavra à Sra. Jussara Reis Prá, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A SRA. JUSSARA REIS PRÁ – Vamos às considerações finais. Gostaria de pontuar algumas questões, de certa forma contemplando um pouco o que foi dito aqui pelos Deputados e pelas Deputadas e por pessoas da plateia.

Uma das questões que eu não vejo como defesa própria, mas eu gostaria de reforçar com todos, é a importância da pesquisa, e de uma pesquisa participativa para a elaboração de diagnósticos. Em todos os fóruns internacionais que vamos somos cobradas por sabermos muito pouco a respeito da nossa realidade.

Nós temos um problema seriíssimo: não temos conhecimento de alguns dados ou dados agregados; não temos acesso a eles. Os dados são captados com verba pública mas não são socializados. A questão da pesquisa é muito importante. Pesquisa, de repente, a gente pode entender como coisas em descompasso, como mulheres

com uma formação “x” não têm o conhecimento tal que deveriam. Nós precisamos ter metodologias de trabalho, talvez uma metodologia de trabalho feminista, em que nós possamos verificar como vamos poder difundir o conhecimento que temos.

Nós temos muito conhecimento acumulado. Muitas de nós aqui já vêm de muitos anos no feminismo, levantando bandeira de luta. Já conquistamos muito! Nós conseguimos agendar direitos humanos hoje. Nós agendamos direitos humanos. E nós temos um fator que eu acho muito interessante. Foi falado aqui que, no século XXI, as mulheres irão dominar. Nós trabalhamos com um conceito junto com o empoderamento, que é o conceito de capital social. Nos estudos que nós fazemos nós damos conta. O que é o capital social? É a nossa capacidade de articular e de gerar solidariedade, de trocar informação; de sermos, ao contrário do que dizem — que a gente olha a outra de cima abaixo para questionar. Não é. A gente olha é para achar bonita. Nós conseguimos, mesmo não tendo espaço dentro de uma Casa como esta, buscar políticas públicas lá fora. Nós fomos a fóruns internacionais e trouxemos políticas públicas de fora para dentro, coisas que nós não podíamos fazer aqui porque não éramos legisladoras em número suficiente para fazer isso. A constatação, quando se trabalha com capital social, de que as mulheres conseguiram gerar esse capital, é que nós geramos capital social mas outras pessoas se apropriam dele, inclusive para se elegerem. É uma coisa extremamente complicada.

Uma terceira pontuação, concluindo, é que, hoje, nós não podemos mais pensar nenhuma questão de gênero feminista sem pensar nas imbricações disso. Ou seja, já foi falado também aqui nas suas intersecções, que em toda e qualquer política pública que se pense, em qualquer mudança na educação ou mudança em relação aos direitos sexuais e reprodutivos nós teremos que considerar a questão das diferenças não no sentido de igualdade de oportunidades, mas aí no sentido da equidade de gênero. Essa discussão conceitual para nós é extremamente importante. Uma coisa é igualdade, outra coisa é equidade, ressalvadas as diferenças e as necessidades que nós temos para atingir o mesmo objetivo de que as coisas nos sejam fornecidas ou oferecidas de uma maneira diferente para isso.

Então, gostaria, finalmente, de agradecer aos membros da Comissão o convite, parabenizá-los pela iniciativa; assim como à minha camarada Clair, que sempre é muito bom estar com ela; à Fernanda, que sempre nos dá uma força muito grande quando estamos nessas construções; à Lidiane, que está aí somando-se às jovens feministas, que está feliz porque já consegue ter uma geração, já conseguiu se reproduzir, não por geração espontânea, mas o importante é que conseguiu se reproduzir. Além do mais, ainda são bonitas, porque normalmente as feministas eram feias, “sapatões” e mal amadas. Então, as nossas sucessoras ainda são bonitas. Não que a gente não se considere bonita, muito antes pelo contrário.

Quero ainda agradecer, principalmente, a duas pessoas por quem eu tenho apreço muito especial: à Deputada Emília Fernandes — a gente precisa desta mulher no Parlamento; ela é importantíssima para nós, porque consegue traduzir as nossas demandas da melhor maneira possível, como poucas pessoas conseguem fazer — e não poderia deixar de agradecer à minha companheira, colega de tantas boas divisões que a gente faz aí, produzindo conhecimento, que é a Telia Negrão e a Rede, nos seus dezoito anos.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Emília Fernandes) – Muito obrigada, Jussara, nossa conterrânea, muito gentil também nas suas palavras, mas muito importante o seu conteúdo no que se refere às questões dessa luta e da construção que ela tem dado e a participação que ela tem feito efetiva no nosso Estado, o Rio Grande do Sul, a exemplo da Telia, a quem nós passamos também a palavra neste momento para as suas considerações finais.

A SRA. TELIA NEGRÃO – Eu tenho que reiterar, inicialmente, os agradecimentos. Acho que, realmente, esta audiência pública acabou se constituindo num momento muito rico e muito importante, que vai entrar na história da Rede Feminista.

Acredito também que entra nessa história que a gente vai construindo em poucas mulheres, como as Deputadas Janete, Emília e Maria do Rosário, que esteve aqui. São tão poucas mas, mesmo poucas, a presença das mulheres no Parlamento brasileiro tem feito uma enorme diferença. Faz a diferença desde o tempo do *Lobby* do Batom, em que nós estivemos aqui juntas,

apoiando uma Constituinte livre, soberana e que garantisse os direitos das mulheres, e continua até hoje com uma bancada feminina que, dentro da sua diversidade, encontra pontos de confluência para poder afirmar os direitos das mulheres com os direitos humanos. Eu acho que isso é historicamente novo e marca um novo momento no Brasil.

A outra questão é que, cada vez que eu olho para a Rede Feminista, que eu recebo os *e-mails* diários pela rede que as filiadas da Rede Feminista trocam — nós somos todas enredadas através das nossas ações, mas também de um grupo de *e-mails* que a gente troca todos os dias — todos os dias me convenço de que uma afirmação do Edgar Mohan, um teórico de redes que diz que a rede é muito maior do que a soma de suas partes, porque cada parte da rede é capaz de se reproduzir em outras redes, em outras sinergias, em outros sistemas. A Rede, de fato, é muito maior do que suas partes.

Mesmo que essa pesquisa que a Jussara coordenou tenha trazido um retrato de um determinado momento da Rede Feminista, por trás de cada uma dessas mulheres pesquisadas tem um outro universo. Tem o universo das mulheres que, no dia-a-dia, militam para a garantia dos direitos humanos e da cidadania das mulheres que estão dentro das cadeias, das mulheres soropositivas, das mulheres negras, das mulheres indígenas. Hoje, a Rede está assumindo novas agendas, além dessas que se colocam emergentes pela militância e pelo ativismo das filiadas, que trazem para a Rede — são essas filiadas que dizem o que a Rede tem de fazer. Novas questões vão sendo colocadas pelos indicadores. A Rede Feminista, por exemplo, está começando a trabalhar com câncer. Nós nunca trabalhamos efetivamente com câncer de mama, câncer do colo do útero, prevenção do tabagismo.

Quando se falava em prevenção do tabagismo na Rede Feminista, as filiadas da Rede sapateavam e diziam que isso era controlar o corpo das mulheres. Hoje, através da troca de informações que a gente faz em educação para a saúde dentro da Rede, a Rede Feminista assumiu como agenda a redução do uso do tabaco, os ambientes livres de tabaco. Então, quem diria? Quer dizer, é uma agenda nova para a Rede e tem que se dar res-

posta para isso de um novo patamar, porque nós não queremos nenhuma mulher sendo chamada de fumante inveterada. Nós queremos que as nossas mulheres sejam tratadas como pessoas que utilizam o tabaco, que utilizam o cigarro, que o cigarro faz mal para si mesmas e para os outros, faz mal para o ambiente e é uma questão de saúde.

Então, nós queremos tirar também os estigmas que impedem que você trate de determinadas questões porque existe uma barreira de preconceito para tratar de determinados temas. Recentemente, fomos eleitas para a relatoria de saúde da Plataforma dos Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais, a Plataforma Desca, e já estamos mapeando os temas. Nós vamos trabalhar para a saúde das mulheres indígenas, das mulheres presidiárias, das mulheres negras.

Ou seja, nós sabemos quais são as nossas prioridades e as demandas. Não temos as pernas que gostaríamos de ter para dar resposta a todas essas questões, porque nós sabemos que existe também uma enorme redução dos recursos para que as organizações possam estar trabalhando, diferente de quando as redes foram criadas, na década de 90. No período de criação das redes, estas recebiam muitos recursos para desenvolver seus projetos de ação. Hoje, nós praticamente trabalhamos como voluntárias nas nossas organizações.

Eu posso dizer isto com muita tranquilidade: eu sou uma Secretária Executiva voluntária da Rede Feminista. A minha Secretária Adjunta também é uma militante voluntária, mas não é aquele voluntariado despolitizado. Nós fazemos um ativismo consciente, militante, engajado, e nós sabemos onde queremos chegar. Nós queremos, sim, uma sociedade, um novo paradigma que respeite a diversidade, as mulheres e seus direitos em todas as suas dimensões, e para isso nós precisamos de diálogo, argumento, disputa, ocupação de espaço, alianças e é o que nós fazemos quando vimos aqui na Câmara Federal. A gente vem aqui, sim, oferecer o nosso apoio, a nossa ajuda para a aprovação de projetos, mas também trazemos as nossas demandas.

Já disse para a Deputada Emília Fernandes, em relação à segurança alimentar, a essa PEC da alimentação, que a Rede tem condição, sim, de se mobilizar, de dar uma resposta. Afinal de contas,

não tem como uma mulher soropositiva tomar coquetel se não se alimentar direito. Então, está na perspectiva da saúde integral. Não tem como não tratar da qualidade de alimentação se a gente sabe que um dos fatores para o câncer de mama é o excesso de gorduras, é o consumo de alimentos inadequados e industrializados. Então, acho que nós estamos sempre na mesma perspectiva.

Eu só tenho de dizer que a Rede é uma articulação política aberta, e dentro dela existem não só convergências, mas também divergências, disputas de posição, disputas de agendas. Mas acho que todas nós, da Rede Feminista, temos uma perspectiva muito forte de construção de uma outra sociedade baseada nos direitos humanos das mulheres e de todas as pessoas, que são integrais, indivisíveis e queremos que sejam universais. Queremos que esses direitos sejam estendidos a todas as pessoas deste Planeta.

Então, Deputada Emília, eu agradeço muito a sua iniciativa. Eu a respeito de muito tempo e continuo respeitando, porque vejo nas suas ações muita coerência, muita coragem e um certo tom de rebeldia. Isso me agrada muito. As mulheres têm que ser rebeldes. Eu vejo na Deputada Emília uma força rebelde muito forte e eu quero que ela mantenha essa força porque isso faz muito bem para as mulheres.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Emília Fernandes) – Muito obrigada, Telia Negrão, Secretária Executiva da Rede Feminista de Saúde.

Horas de trabalho que estamos chegando ao final desta audiência.

Antes de passar à sua conclusão, quero alertar e conclamar para que as nossas assessorias desta Comissão, assim como os senhores e as senhoras que integram a nossa Comissão, para tirarmos o encaminhamento dentro do que já aqui foi colocado, dia 25 de novembro, Dia da Não Violência Contra a Mulher. Então, esta Comissão que dê uma contribuição a esta Casa e à sociedade brasileira, elaborando esta separata que vai contemplar as falas das nossas palestrantes. Então, nós gostaríamos, desde já, de pedir que assumamos esse desafio para que, até o dia 25 de

novembro, junto com a bancada feminina e com Procuradoria Especial da Mulher na Câmara, se construa essa separata.

Agradeço a todos os Deputados e Deputadas que aqui estiveram, mas quero de uma forma muito especial convidar a Deputada Janete Rocha Pietá e o Deputado Dr. Talmir para que sejam proponentes desse encaminhamento e que toda a Comissão aprove a fim de que a gente possa realmente dar essa contribuição não só às funcionárias desta Casa, quem sabe às funcionárias do Senado, mas à sociedade brasileira como um todo. Que homens e mulheres leiam o que aqui foi dito, se não tiveram oportunidade de ouvir, e que, a partir daí, engrossem fileiras dentro dessa temática tão importante para que se possa realmente falar à — já ia dizer à Deputada Clair, não está longe, tem muitas vagas aqui para mulheres — companheira Clair que a gente coloque essa pauta com uma luta pelo fortalecimento da democracia, da liberdade e da ousadia, sim, Telia, que as mulheres têm que ter cada vez mais, porque, a partir dessa ousadia, é que nós conseguimos os avanços. Nossos avanços não caem do céu, nem são colocados por legislação. Eles são construídos a partir da articulação positiva, verdadeira e de muita força dos movimentos sociais, dos movimentos feministas e dos movimentos de mulheres.

Pede-nos ainda a palavra, para uma consideração breve, a Deputada Janete Rocha Pietá.

A SRA. DEPUTADA JANETE ROCHA PIETÁ – Deputada, eu quero fazer um adendo à sua proposta. Eu acho muito interessante essa separata do dia 25, que é o Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher, mas eu gostaria de acrescentar que, dentro da luta pela não violência, sempre se inclui a questão do dia 20 de novembro, que é o Dia da Consciência Negra. Então, poderíamos abordar esses dois temas. Pode até ser focado na mulher negra e a consciência negra e a violência do dia 25. Encaixar dois temas que eu acho relevantes: a questão da liberdade, que V.Exa. acabou de falar, a luta pela libertação dos negros e negras, e também a questão da não violência no dia 25. Então, fazer essa separata, tendo esses dois enfoques, o do dia 20 e o do dia 25.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Emília Fernandes) – Acho muito importante e sugiro a V.Exa. que seja autora de uma matéria sobre a questão da luta contra a discriminação racial, exatamente em homenagem ao 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, do grande Zumbi dos Palmares, e que, nesse período de 20 de novembro até 10 de dezembro, que é o Dia dos Direitos Humanos, pudéssemos, dentro da programação, que terá uma ampla programação, para a qual já convidamos a todos e a todas, nos dezesseis dias de ativismo, apresentar essa separata como uma contribuição da CLP, e eu diria até, provocando a Deputada Maria do Rosário, que fizéssemos em conjunto com a comissão de Educação desta Casa.

Então, desde já, está na pauta essa questão, à qual daremos os devidos encaminhamentos aos demais membros e ao Presidente desta Comissão.

Agradeço mais uma vez à Telia, à Jussara, à Fernanda, à Lidianne, à Clair a presença e, em nome das marias, das joanas, das janetes, das emílias, das beneditas, das marinas e das dilmas, que este Brasil se incorpore e traga para o seu conteúdo a luta das mulheres como verdadeiras protagonistas das transformações sociais.

Agradeço a todas e a todos a presença.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião de audiência pública, antes porém convocando os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que integram esta Comissão da CLP — porque não estava aqui registrada — para audiência pública destinada a debater o limite máximo para os *spreads* bancários a realizar-se no próximo dia 20 de outubro, terça-feira, às 15h30min, em plenário a ser informado posteriormente, nesta Câmara dos Deputados. Convidamos a todos e a todas. Este é o Requerimento nº 8.109, de autoria do Deputado Francisco Praciano, que propõe esta audiência pública que estaremos realizando no dia 20 de outubro.

Muito obrigada a todos e a todas pela presença e pela valorosa participação das nossas convidadas.

Está encerrada a reunião.

Siglário

A

ABEn	Associação Brasileira de Enfermagem
Anis	Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero

C

Cfemea	Centro Feminista de Estudos e Assessoria
Cismu	Comissão Intersetorial de Saúde da Mulher
CLP	Comissão de Legislação Participativa
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CUT	Central Única dos Trabalhadores

D

Desca	Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis

H

HIV	<i>Human Immunodeficiency Virus</i>
-----	-------------------------------------

M

MEC	Ministério da Educação
Mercosul	Mercado Comum do Sul

O

ONU	Organização das Nações Unidas
-----	-------------------------------

P

PEC	Proposta de Emenda à Constituição
-----	-----------------------------------

S

Sida	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
SUS	Sistema Único de Saúde

U

UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas
UNODC	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime

CÂMARA DOS

DEPUTADOS



CÂMARA DOS
DEPUTADOS

